



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

O TRABALHO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LUÍS EDUARDO
MAGALHÃES – PRADO/BAHIA

Fabiana Almeida Souza dos Santos

Asunción, Paraguay

2018

Fabiana Almeida Souza dos Santos

**O TRABALHO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LUÍS EDUARDO
MAGALHÃES – PRADO/BAHIA**

Tese apresentada a UAA como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação

Tutor: Dr^a Daniela Catalina Ruiz Diaz Morales

Asunción, Paraguay

2018

Santos, Fabiana Almeida Souza dos. 2017. O trabalho dos estudantes da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães. **Brasil 2018.**

Fabiana Almeida Souza dos Santos.

Assunción Paraguay: Universidad Autonoma de Assunción, 2018

p.104

Orientadora: Dra Daniela Catalina Ruiz Diaz Morales

Dissertação acadêmica em Ciências da Educação, mestrado – UAA, 2018.

Fabiana Almeida Souza dos Santos

**O TRABALHO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LUÍS
EDUARDO MAGALHÃES – PRADO/BAHIA**

Esta tese foi avaliada e aprovada para a obtenção do título de

Mestre em Ciências da Educação

Pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

Ao meu Deus, porque até aqui tem me sustentado.
A minha família pelo carinho e apoio.

Agradecer é maravilhoso!

O significado de agradecer é mostrar-se grato à:

Primeiramente a **DEUS**, por ter sido minha força, minha fortaleza, meu refúgio nos momentos de tribulação.

Minha mãe **Leide Lima de Almeida** que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, pelo amor incondicional direcionado a mim.

Ao meu esposo **Evandro Souza dos Santos** por ser tão importante. Durante todo o processo de estudos foi: amigo, companheiro, paciente, compreensivo e demonstrou alegria e total amor. Obrigado por existir na minha vida.

Às minhas duas florzinhas **Emily Ana Almeida Souza** e **Lady Caroline Almeida Souza** direciono todos os meus sonhos e tudo o que faço é por vocês.

As minhas Irmãs **Alcione Almeida Loures** e **Sabrina Almeida Santos**, meus sobrinhos **Vinícius Almeida Azevedo** e **Lucas Almeida do Couto** meu agradecimento especial pelo apoio e confiança.

A minha companheira de trabalho **Osana Salomão Rodrigues** por me apoiar e me ajudar no que fosse preciso. Gratidão patroa!

As companheiras de estudo **Almira da Cruz Delfino** e **Antônia Alomba** pois juntas mergulhamos no mestrado uma sempre cuidando da outra.

A minha orientadora **Dra Daniela Catalina Ruiz Diaz Morales** que sempre esteve disponível e disposta a ajudar, sempre presente, atenciosa, dando suporte necessário para a conclusão da dissertação do mestrado.

A todos os professores da **Universidade Autônoma de Assunção** que deixaram seus legados e conhecimentos na nossa turma.

A meus amigos do mestrado, pelos momentos divididos juntos, especialmente à **Janete**, à **Ana Paula**, à **Eliete**, à **Edenildes**, à **Glicimeire**, à **Meire**, à **Josy**, à **Ademárcio**, à **Evandro**, à **Fábio** pois se tornaram verdadeiros amigos. Gratidão por dividir comigo as alegrias, os momentos de angústias, brincadeiras, das risadas. Foi ótimo conhecer todos vocês.

Agradeço a todos os alunos e funcionários que atuam na **EJA da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Prado/Bahia**, contribuíram de forma exemplar na pesquisa de campo e sempre foram solícitos e atenciosos para comigo e o desenvolvimento do meu trabalho.

A todos os familiares e amigos que estiveram sempre na torcida para que tudo desse certo.

Chegar até aqui não foi fácil, só foi possível porquê cada um de vocês acreditaram e apoiaram a concretização de mais um dos meus sonhos.

Gratidão!

"[...] - ampliar a oferta de educação básica para os jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, mantê-la enquanto não tiver sido assegurada a todos a efetiva oportunidade de acesso e progressão com sucesso à escola fundamental na idade própria;- propor à escola redimensionar o seu atendimento a jovens e adultos, encontrando modos que, sem renunciar à sua função recíproca de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas condições concretas de vida da população trabalhadora;"

(Hingel A, 1994, p.18)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Justificativa e relevância da investigação	2
1.1 Identificação do problema da pesquisa.....	2
1.2 Abordagem do problema	3
1.3 Objetivos do trabalho	3
1.3.1 Objetivo geral	3
1.3.2 Objetivos Específicos	3
1.4 Estrutura do trabalho	3
2 CONCEPÇÃO E SENTIDO DO TRABALHO	5
2.1 A complexidade no tocante à formação do trabalhador.....	10
2.2 O trabalho no contexto atual quanto às transformações tecnológicas e as discussões existentes em relação desvalorização, exploração e desemprego.....	12
3. A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO	16
3.1 A educação de jovens e adultos no Brasil	21
3.1.1 Educação de jovens e adultos na condição de política pública no Brasil	25
3.2 A educação de jovens e adultos na atualidade.....	34
3.3 O aluno trabalhador da educação de jovens e adultos - eja e sua luta por sobrevivência.	36
4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PRADO – BA	40
4.1 O papel da escola.....	41
4.2 Organização estrutural.....	42
4.3 O perfil atual dos professores que atuam na escola Municipal Luís Eduardo Magalhães	44
4.4 Teoria e prática andam juntos?	44
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
5.1 Identificação do problema da pesquisa	46
5.2 Objetivos do trabalho	46
5.2.1 Objetivo Geral.	46
5.2.2 Objetivos específicos.....	46
5.3 Desenho metodológico	46
5.4 Unidade de análise	47

5.5 Participantes	47
5.6 Instrumentos para a coleta dos dados	47
5.7 Validação	48
5.8 Caracterização da instituição: Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães	48
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
6.1 Análise dos dados análise das respostas dos professores, profissionais que fazem parte da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães	50
6.2 Análise das respostas do coordenador (a), da Escola Municipal Deputado Luis Eduardo Magalhães	52
6.3. Análise das respostas dos alunos que fazem parte da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães	54
7. CONCLUSÕES	67
RECOMENDAÇÕES.....	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A	75
ANEXO A	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quanto ao gênero	54
Gráfico 2- Faixa etária de idade estágio II	55
Gráfico 3 – Faixa etária de idade do estágio III	55
Gráfico 4- Faixa etária de idade estágio I	56
Gráfico 5 – Tempo em que ficou fora do ambiente escolar	56
Gráfico 6 - Frequência escolar.....	57
Gráfico 7 - Percepção do aluno em relação ao professor	57
Questão 8 - É um aluno trabalhador?	58
Gráfico 09 - Profissão.....	59
Gráfico 10 – Jornada de trabalho	59
Gráfico 11- Transporte	60
Gráfico 12 – Permanência dos alunos da Turma da Alfabetização – EJA – 2016.....	64
Gráfico 13 - Permanência dos alunos da 1ª e 2ª SÉRIE – 2016.....	65
Gráfico 14 - Permanência dos alunos da 3ª e 4ª SÉRIE – 2016.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CF- Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

EJA- Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação

MEC - Ministério da Educação

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PEED - Plano Estadual de Educação da Bahia

PPP - Projeto Político Pedagógico

RESUMO

A presente tese faz uma abordagem sobre o tema educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Município de Prado na Bahia, no Brasil, cujo objetivo é analisar a eficiência da referida modalidade de ensino e a relação dos alunos com o trabalho. O desenho metodológico utilizado é não experimental, descritivo, de foco misto e transversal, utilizando como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas e observação participante. O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi um questionário com questões abertas aplicadas a 2 professores 1 coordenador e 32 alunos da Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães. Nos resultados obtidos foi possível constatar que a ocorrência de evasão é constante, o ensino é ofertado conforme determina a Constituição Federal Brasileira de 1988 no artigo 208, todavia, não existem subsídios voltados a manutenção do aluno na instituição de ensino. Questiona-se a educação de jovens e adultos e todo seu processo, a organização estrutural e a sua influência na aprendizagem dos discentes que são inseridos na escola. Sabe-se que quando se pensa em uma educação da EJA faz-se necessário analisar a realidade social em que os alunos estejam envolvidos, tem-se também que se analisar a organização curricular e as práticas pedagógicas que necessitam serem mais atrativas de modo a instigar o aluno a continuar o processo de escolarização. Questiona-se as razões porque a modalidade de ensino abordada embora seja uma grande conquista para a educação ainda não é eficaz.

Palavras- chave: Educação, trabalho, jovens, adultos.

RESUMEN

La presente tesis hace un abordaje sobre el tema educación de jóvenes y adultos de la Escuela Municipal Diputado Luís Eduardo Magalhães - Municipio de Prado en Bahía, en Brasil, cuyo objetivo es analizar la eficiencia de la referida modalidad de enseñanza y la relación de los alumnos con el trabajo . El diseño metodológico utilizado es no experimental, descriptivo, de enfoque mixto y transversal, utilizando como instrumentos de recolección de datos, entrevistas semiestructuradas y observación participante. El instrumento utilizado en la investigación de campo fue un cuestionario con preguntas abiertas aplicadas a 2 profesores 1 coordinador y 32 alumnos de la Escuela Municipal Luís Eduardo Magalhaães. En los resultados obtenidos fue posible constatar que la ocurrencia de evasión es constante, la enseñanza es ofrecida conforme determina la Constitución Federal Brasileña de 1988 en el artículo 208, sin embargo, no existen subsidios volcados al mantenimiento del alumno en la institución de enseñanza. Se cuestiona la educación de jóvenes y adultos y todo su proceso, la organización estructural y su influencia en el aprendizaje de los alumnos que se inserta en la escuela. Se sabe que cuando se piensa en una educación de la EJA se hace necesario analizar la realidad social en que los alumnos estén involucrados, se tiene que analizar la organización curricular y las prácticas pedagógicas que necesitan ser más atractivas para instigar el alumno a continuar el proceso de escolarización. Se cuestiona las razones por las que la modalidad de enseñanza abordada, aunque sea un gran logro para la educación, aún no es eficaz.

Palabras clave: Educación, trabajo, jóvenes, adultos.

ABSTRACT

This thesis approaches the theme of youth and adult education at the Luís Eduardo Magalhães Municipal School - Município de Prado in Bahia, Brazil, whose objective is to ascertain the efficiency of this type of education and the relation of students to work . The methodological design used is non-experimental, descriptive, of mixed and transversal focus, using as instruments of data collection, semi-structured interviews and participant observation. The instrument used in the field research was a questionnaire with open questions applied to 2 teachers 1 coordinator and 32 students of Luís Eduardo Magalhães Municipal School. In the obtained results it was possible to verify that the occurrence of evasion is constant, the teaching is offered according to the Brazilian Federal Constitution of 1988 in article 208, however, there are no subsidies aimed at the maintenance of the student in the educational institution. It is questioned the education of young people and adults and all its process, the structural organization and its influence in the learning of the students that are inserted in the school. It is known that when thinking about an EJA education it is necessary to analyze the social reality in which students are involved, we must also analyze the curricular organization and pedagogical practices that need to be more attractive in order to instigate the student to continue the schooling process. It is questioned the reasons why the modality of teaching addressed although it is a great achievement for the education is still not effective.

Keywords: Education, work, youth, adults.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA foi autorizada pela Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com previsão no artigo 37 desse diploma legal, cujo objetivo é diminuir a quantidade de analfabetos no Brasil.

Essa modalidade de ensino é considerada uma política pública que visa corrigir injustiça social ao possibilitar que o jovem ou adulto que não tiveram acesso ao ensino aprendizagem durante o período regular, possa tê-lo favorecendo de tal modo a melhoria na qualidade de vida dos alunos.

Todavia, embora a Educação de Jovens e Adultos, seja uma importante conquista é importante se destacar que o ensino deve ser de qualidade e não apenas existir como um adereço do ensino brasileiro.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil suporta diversos desafios para sua efetividade dentre eles destaca-se a relação com trabalho que será o objeto de estudo desse trabalho.

Normalmente os alunos que fazem parte do contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA não frequentou escolas no período regular por terem que trabalhar para ajudar a família na sobrevivência, seja em ambientes externos mediante a execução de trabalhos remunerados, e também nos lares a partir do cuidado da casa e dos irmãos para que os outros membros da família desenvolveram atividades remuneradas.

Os alunos inseridos na modalidade de ensino da EJA buscam inicialmente apenas saber a ler e escrever o que evidencia a necessidade de empenho de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, no sentido de que o fato de não terem frequentado o ensino regular não seja impedimento para que possam superar os desafios, frequentar uma universidade, realizar sonhos.

Entretanto, para que a EJA tenha efetividade faz-se necessário que o ensino seja ofertado com qualidade pelo Estado e que este promova com a participação da instituição de ensino e sociedade mecanismos que favoreçam a manutenção do aluno na escola, posto que, os educandos suportam em seus cotidianos diversos desafios para frequentarem regularmente, dentre os desafios o que mais se evidencia são jornadas de trabalho pesadas aliado ao percurso distante até chegarem nas instituições de ensino.

Diante dessa problemática social, no intuito, de identificar como funciona o ensino aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos – EJA no cotidiano fez-se uma

pesquisa de campo na Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, cujo propósito é identificar como a Educação de Jovens e adultos está sendo trabalhada em sala de aula, a participação dos professores, coordenadores para o favorecimento da qualidade de ensino. Elucidar a relação entre o trabalho desenvolvido pelos alunos e a efetividade da Educação de Jovens e Adultos.

Justificativa e relevância da investigação

O tema em questão promove reflexão sobre a análise trabalho-educação e outras questões educativas que envolvem a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) bem como sua relação com trabalho e escola. O interesse de trazer à tona esse tema surgiu no âmbito escolar, no espaço da sala de aula com os estudantes da EJA, aluno da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, na cidade de Prado, na Bahia, no Brasil.

A justificativa do trabalho está baseada na certeza de que a educação de jovens e adultos contribui para a diminuição de injustiças sociais aliado ao fato de ser parte essencial para a constituição humana, logo, o homem necessita dela para humanizar-se, o que faz com que a escola tenha um papel primordial de desenvolver cidadãos questionadores, reflexivos, capazes de compreender a realidade em que vivem, participando da vida política, social, contribuindo dessa forma, para construção de uma sociedade mais justa.

A finalidade é refletir sobre as possibilidades de favorecer a efetividade da Educação de Jovens e Adultos como política pública, uma vez que, os educandos que participam da modalidade de ensino EJA buscam entender com plenitude tudo que o cerca, pois, a falta de escolarização compromete o desenvolvimento pleno deles em sociedade.

1.1 Identificação do problema da pesquisa

Os desafios para a efetivação da educação de jovens e adultos são constantes. Um dos principais desafios é a evasão escolar, questiona-se que essa ocorrência tem relação com o trabalho desenvolvido pelos alunos já que normalmente o trabalho é braçal o que exige demasiado esforço físico.

1.2 Abordagem do problema

Como a relação entre horário de trabalho e desempenho escolar afeta o rendimento escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães?

1.3 Objetivos do trabalho

1.3.1 Objetivo geral

Analisar de que forma o trabalho influencia a vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Deputado Luiz Eduardo Magalhães em Prado Bahia.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1- Descrever as características do Ensino da EJA e sua inserção no Projeto Político Pedagógico;
- 2- Identificar nos livros didáticos conteúdos que retratam a realidade, interesse e necessidade dos estudantes trabalhadores da EJA;
- 3- Identificar as estratégias metodológicas que se relacionam com a vida laboral, e que são empregados pelos professores da EJA;
- 4- Verificar se a estrutura organizativa e os recursos didáticos que se empregam no ensino da EJA, se relacionam com a vida laboral dos estudantes.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa será realizada utilizando um projeto não-experimental, descritivo, de enfoque mixto e transversal.

Segundo os autores Cervo e Bervian (2006,p.10) este tipo de pesquisa permite fazer uma análise crítica reflexiva do conteúdo discutido, permitindo que se aponte solução para o problema em questão.

A pesquisa de campo ocorrerá na Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães localizada no município de Prado, na Bahia, no Brasil, será desenvolvida a partir de observação participante e entrevista semiestruturada voltada para a compreensão das relações entre o trabalho e a Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa de campo possibilitou uma análise qualitativa e será complementada com uma análise quantitativa.

“Se considera quantificável o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-las” (Malhotra, (p.115), 2001).

No primeiro capítulo desta monografia faz-se uma abordagem da concepção e sentido do trabalho, onde se faz uma relação de sua complexidade no tocante a formação do trabalhador, faz-se também uma exposição do trabalho no contexto atual apresenta suas transformações tecnológicas e as discussões existentes em relação à desvalorização, exploração e desemprego.

Ato contínuo verifica-se a relação trabalho e educação, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e suas condições de política pública, os aspectos atuais.

No capítulo seguinte faz-se uma importante análise da educação de jovens e adultos no município de Prado, na Bahia, onde se verifica o papel da escola, análise da organização estrutural, o perfil atual dos professores que atuam na Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães, indaga-se a teoria e prática andam juntos.

No quarto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho.

No quinto capítulo tem-se a discussão dos resultados.

Por fim, o último capítulo onde se fará uma análise crítica reflexiva dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo e observação executada na Escola municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães.

2 CONCEPÇÃO E SENTIDO DO TRABALHO

“(...) Nenhum país, igualmente, poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento”.

(Dilma Rousseff, 2011)

Para Borges, (1999) As concepções de trabalho é um processo de criação histórica e resultado das formas de produção e da relação com o trabalho e também da maneira como a sociedade é organizada e a sua forma de conhecimento humano, sendo assim: “A criação de cada concepção de trabalho associa – se a interesses econômicos ideológicos e políticos, servindo como instrumento de justificação das relações de poder” (p.82)

Por sua vez o trabalho está associado a interesses econômicos, políticos, ideológico, para Borges (1999) o trabalho não tem uma concepção única, pois historicamente vão surgindo concepções que vem sendo superadas, por outras concepções, devido ao grau de complexidade que envolve, portanto o mundo do trabalho está em constante transformação.

No que se refere às transformações no trabalho, uma delas diz respeito às novas tecnologias, do surgimento de novos modelos de gestão, das novas possibilidades de produção, e também devido à redefinição do lugar do trabalho na sociedade e na vida do indivíduo.

A ocupação, o ofício, não é somente uma atividade laboral ou emprego, todavia só deixará de existir o trabalho, quando a humanidade se extinguir.

O trabalho não deve continuar assumindo, essa forma: histórica escrava, servil, assalariada. O trabalho consiste também em analisar as questões peculiares à venda da força de trabalho do trabalhador.

Uma dessas peculiaridades é que o trabalho possibilita criar e recriar e isso não está relacionado apenas ao plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, não pode ser identificado como fruto de exploração do trabalho dos outros, porque além do trabalho ser algo comum somente aos seres humanos, tem a incumbência de prover sua subsistência.

Nesse sentido tem o pensamento de Frigotto (2005):

Nesta concepção de trabalho o mesmo se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, tem a necessidade de alimentar – se proteger - se das intempéries e formar meios de vida (p. 2).

Conforme Lívia de Oliveira Borges (1999), as concepções formais de trabalho se dividem em: clássica, capitalista tradicional, marxista, gerencialista e centralidade expressiva e externa. Uma dessas concepções é a concepção clássica de trabalho, que no decorrer histórico, atribuía o trabalho duro aos escravos e nela as atividades intelectuais não eram aceitos como trabalho, no entanto na idade média tentou-se avançar nessa percepção de concepção clássica, com relação ao trabalho.

A esse respeito tem-se o pensamento de Borges (1999):

A primeira concepção – a clássica – originou-se na filosofia de mesma designação e no regime de trabalho escravista. Ao trabalho era atribuída baixa centralidade na vida e características como degradante, inferior, desgastante e duro. Competia aos escravos. Era realizado sob um poder baseado na força e na coerção, de modo que o senhor detinha o direito sobre a vida do escravo. O principal valor era o ócio. Atividades políticas e/ou intelectuais não eram consideradas trabalho (p. 83).

Mais uma concepção, é a concepção capitalista tradicional que é diferente da concepção clássica, pois nesta o trabalho é visto como mercadoria e seu principal valor é o sucesso econômico.

A esse respeito afirma Borges (1999):

Tal concepção descreve o trabalho como mercadoria, elegendo como principal valor do trabalho sua instrumentalidade para o sucesso econômico. Defende que deve ser realizado de forma disciplinada, sistemática, padronizada e parcelada. Toma-o como duro, estritamente supervisionado, simplificado, exigindo poucos requisitos de qualificação do trabalhador, organizado de forma que se separe a execução da concepção (p. 84).

Segundo Frigotto na concepção Capitalista tradicional, o trabalho é visto como mercadoria e exige poucos requisitos de qualificação do trabalhador.

O capitalismo separa o que detém a propriedade privada de capital, daqueles que vendem sua força de trabalho, por meio de uma remuneração ou salário. Desta forma,

tem gerado cada vez mais lucro aos capitalistas, sendo que aparentemente, parece ser uma situação de livre escolha do trabalhador, por ser algo regulamentado através de um contrato. No entanto, essa forma de exploração é camuflada, transferindo a culpa para a educação e para os próprios trabalhadores, que são explorados.

O autor Frigotto, (2005) enfatiza que:

A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender. Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador pelo menor preço possível, organizá-lo e gerenciá-lo de tal sorte que ao final de um período de trabalho – jornada, semana ou mês – o pagamento em forma de salário represente apenas uma parte de tempo pago e a outra se transforme em ganho do capitalista ou um sobre valor (mais valia ou tempo de trabalho não pago. (p.5)

O regime capitalista impulsiona suas mercadorias para mercados distantes trazendo inúmeras transformações através da globalização se tornando como uma forma de afronta contra as conquistas sociais da classe trabalhadora, porque é uma forma de dominar e desregular o capital, aumentando à exclusão social. Com relação à globalização, as nações, estarão cada vez mais desiguais, com a instalação de empresas multinacionais no País que se instalam estimuladas por uma mão de obra barata. Conforme Frigotto (2005, p.11), “o processo de globalização dá aos grupos econômicos, mormente ao capital financeiro, mais poder que os estados nacionais. O resultado deste processo é uma falência dos estados nacionais mediante a perda da capacidade de suas moedas”.

Para Borges (1999) a Concepção Marxista critica o capitalismo e a sua centralidade do trabalho na vida das pessoas, divulga o trabalho e seu controle coletivo e do estado.

Desse modo a concepção marxista, discorda da concepção capitalista tradicional, contudo refere-se à mesma como sendo alienante e exploradora uma vez que a concepção marxista considera o trabalho, algo criativo e desafiante, apontando aspectos de como deve ser o trabalho ideal.

A respeito das concepções Borges (1999):

A terceira concepção – a marxista – surge fundamentando-se no movimento que leva o mesmo nome, o qual surgiu partindo da crítica à concepção anterior. Atribui elevada centralidade ao trabalho na vida das pessoas, enquanto representa a própria expressividade e autoconstrução do ser humano. Defende que o trabalho deve ser produtor da própria condição humana, expressivo, fornecer recompensas de acordo com as

necessidades de cada um, de conteúdo criativo e desafiante, dignificante, de controle coletivo e protegido pelo Estado. Por outro lado, descreve o trabalho, na sociedade capitalista, como uma mercadoria, alienante, explorador, humilhante, monótono e repetitivo, discriminante, embrutecido e submisso (p. 84).

Para Borges (1999) a concepção Gerencialista é uma espécie de reação às críticas do marxismo, tentando conter a insatisfação de massa, influenciada pelos estudos a cerca da psicologia organizacional.

Na concepção gerencialista, considera-se alguns benefícios como: salário, estabilidade no emprego, contatos interpessoais, compensando a baixa qualidade do trabalho com recompensas financeiras, tentando amenizar as conseqüências do capitalismo, superando o modelo Taylorista e Fordista de produção. Nesta perspectiva, Borges (1999) afirma que:

A racionalidade econômica engendra duas racionalidades contraditórias. A primeira positiva e progressista associa a modernização e bons resultados das empresas à promoção da qualificação do trabalhador e da humanização das condições de trabalho. Na segunda, o atraso tecnológico, a reduzida margem de crescimento das organizações e dos negócios, nos quais incluem a economia informal, dispensa ou torna supérflua a qualificação das pessoas e leva ao declínio as condições de trabalho. (p.85)

As duas lógicas acima se complementam e a concepção da centralidade expressiva propõe o trabalho que expresse as características humanas, fonte de satisfação e de necessidades básicas, tendo como principal valor a expressividade, a riqueza de conteúdo, o avanço tecnológico, assever Borges (1999):

Atribui elevada centralidade ao trabalho. Descreve o trabalho na multiprocessualidade e instrumentalidade, no caráter expressivo e rico em conteúdo para alguns, empobrecido para a maioria, discriminante em vista do núcleo moderno da economia e da periferia, sistematizado, instável, de elevada tecnologia nos setores do núcleo moderno, e convivendo com vários estilos de estrutura e de gestão organizacional. (p. 86)

A Concepção da Centralidade Externa defende o trabalho igualitário, tem como valor o prazer fora do trabalho, através do consumo e de atividades de lazer, favorece a instabilidade e a redução da jornada de trabalho, o trabalho acaba se tornando empobrecido de significado (Borges, 1999).

No trabalho, os bons resultados normalmente, podem estar associados à qualificação do trabalhador e a humanização das condições de trabalho, no entanto, numa economia informal a qualificação é considerada como algo desnecessário.

Em se tratando da humanização das condições de trabalho, quando se fala no sentido do trabalho, não há como não considerar que o mesmo está vinculado a qualidade de vida, sendo necessário que o trabalhador se reconheça no que realiza desde a concepção até a finalização, com autonomia, liberdade e avaliação para os ajustes necessários.

No que tange a esta temática os autores Tolfo e Piccinini (2007, p.40) asserveram, “o trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção de vida de cada um a prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. É valorizado tanto pelos defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas”.

Ter a sensação de que o trabalho que desempenha é útil a sociedade, que garante a sua sobrevivência, dá ao trabalhador o sentimento de pertencimento a uma classe a qual executa o mesmo tipo de trabalho, que promove a troca de experiência entre os indivíduos todos esses aspectos, dando sentido ao trabalho.

Nesse sentido está o pensamento de Tolfo e Piccinini (2007, p.40), “buscam no trabalho, as funções que cumpre para eles e a necessidade que lhes permite satisfazer (obter prestígio e retorno financeiro mantê-los em atividade, permitindo-lhes contato social e estabelecimento de relações interpessoais; fazê-los sentirem – se úteis para a sociedade; permitir sua auto-realização”.

A riqueza de sentido está na maneira como o trabalho é capaz de influenciar o comportamento do trabalhador, propiciando o seu crescimento, a sua criatividade, contribuindo com a sua alegria e satisfação, são fatores que motivam os trabalhadores. Por fim, o trabalho tem sido compreendido e influenciado por algumas concepções, devido a isso é importante conhecê-las para identificarmos o espaço que o trabalho deve tomar em nossas vidas.

2.1 A complexidade no tocante à formação do trabalhador

A formação do trabalhador no Brasil em sua história destinou os trabalhos pesados e as profissões manuais aos escravos e mesmo com o fim da escravidão foi negado, aos trabalhadores livres, o acesso ao exercício de determinadas profissões. A mentalidade escravocrata não havia sido superada, mesmo com a modernização e industrialização da estrutura econômica, esse tipo de mentalidade ainda era uma característica marcante de comportamento das massas.

No Brasil, tínhamos uma classe média que não queria uma educação voltada para o trabalho, por ser algo destinado aos desfavorecidos de fortuna. Sendo assim aos empresários cabia a responsabilidade de qualificação dos trabalhadores e não a educação.

Comenta Garcia (2000, p. 7), “percebemos nesse período uma total desvinculação entre formação profissional e educação; aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, adestramento até porque a nossa indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e manufatura com poucas exigências”.

Argumentar a relação trabalho e formação não é tão simples, visto que o discurso da formação para o trabalho tem beneficiado apenas, as conveniências capitalistas.

Ao longo da história, o capitalismo provocou consequências ao mundo do trabalho e para a formação do trabalhador, transportando as habilidades intelectuais a uma máquina, resultando em desemprego e no trabalho informal.

É uma utopia presumir, que a inserção e permanência no trabalho, seja algo determinado pela formação e qualificação do trabalhador.

A formação para Arroyo, (2007) ultrapassa a visão de trabalho na percepção da burguesia, de modo, que é necessário, a compreensão do mundo do trabalho.

[..] Não se trata de fugir de enfrentar o trabalho, mas há muitas formas de capacitar para o trabalho. Uma delas é tornar os educandos e educandas mais competentes para um mundo cada vez mais competitivo, em função dos processos de produção seletiva. Isso é uma forma. Mais há outra forma que o movimento operário mundial nos ensinou, o movimento operário mundial não renunciou a formar um trabalhador (a) competente, a trabalhar com competência no trabalho. Mas o que ele mais destacou é o que a burguesia nunca quis que ele entendesse muito bem dos mundos

do trabalho. Os saberes sobre os mundos do trabalho são mais do que as competências para enfrentar um concurso ou um emprego (p.11).

É visível que tem ocorrido uma diminuição agravante nos empregos, acarretando em uma característica volúvel e ajustável desse trabalhador, por causa de uma economia, apoiada na introdução de novas tecnologias, que transfere para a educação a responsabilidade de ensinar o que se espera desse trabalhador.

Os empregos existentes, jamais conseguirão abranger toda a mão de obra qualificada disponível, no entanto a economia não atribui esse cenário a insuficiência de oportunidade.

Para Rummert (2007) o sujeito tem sido responsabilizado por forças dominantes quanto ao resultado bem sucedido ou não da luta do trabalhador, por condições básicas de existência.

O caso brasileiro não é distinto e, nele, se evidencia que as estratégias das forças dominantes para a permanente construção e manutenção da hegemonia, as quais transferem para os indivíduos a responsabilidade pelo maior ou menor êxito nas disputas por condições básicas de existência são, também, acolhidas de forma acrítica. (p. 46)

A formação do trabalhador na educação de jovens e adultos, precisa que haja articulação do letramento com a leitura de mundo, através de uma educação, que identifique qual trabalho o sujeito está inserido e qual a forma de sobrevivência desse trabalhador, que geralmente se estabelece em condições indignas, em síntese é fundamental, qualificar no sentido do próprio trabalho, reconhecendo as formas de trabalho, despertando as indagações sobre a escola e sua maneira de acreditar que está realmente capacitando para a empregabilidade.

O acesso ao conhecimento contribui, para que o trabalhador possa ter acesso ao bem estar material, aliás, a escolaridade traz vantagens com relação à renda, além disso, nos dá subsídios para nos posicionar a uma verdade ou conflito e também a estarmos menos expostos a violência, a ter sonhos e aspirações com relação à carreira.

Os autores Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) criticam práticas pedagógicas que não favorecem a reflexão crítica:

De modo metafórico, ilustramos a dinâmica cotidiana onde a pobreza e as práticas em torno dela são perpetuadas. Em um cotidiano atarefado, em que a reflexão crítica não é prioridade, passamos progressivamente a

aceitar certos problemas sociais a considerá-los, inclusive como normais ou como o esperado. (p.537)

O conhecimento é fruto da interação, está ligado aos interesses humanos, desperta para o pensamento crítico e libertador e a não acomodação da realidade injusta, ao qual o trabalhador encontra-se submetido.

2.2 O trabalho no contexto atual quanto às transformações tecnológicas e as discussões existentes em relação à desvalorização, exploração e desemprego.

O trabalho vem sofrendo mudanças, transformações tecnológicas, desigualdades nos postos de trabalho, exigência nas seleções que requer uma formação constante e treinamento profissional.

As pessoas têm sido substituídas por máquinas, com a modernização da agricultura, esses trabalhadores deixam suas terras, sem perspectiva de trabalho, ocasionando êxodo rural.

Esses trabalhadores buscam saídas coletivas para a sobrevivência, criando novas formas de organização, através dos movimentos, sindicatos, cooperativas, no qual questionam as relações de poder, a terra e as condições para produzir nela.

O momento atual aponta para uma diversidade de formas de trabalho, mostra a desigualdade entre gênero, raça, classe e os problemas que a situação precária de trabalho proporciona que vai desde a concentração de riqueza e aumento da pobreza e também aumento do emprego vulnerável e precário.

O doutrinador Hirata (2011, p.18) apresenta importante visão envolvendo as condições humilhantes aceitas pelo trabalhador por necessidade, “o trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas”.

No contexto atual tem crescido a participação das mulheres no mercado de trabalho e a maioria delas tem ocupado profissões pouco qualificadas, com baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente e infelizmente os empregos precários têm afetado em sua maioria as mulheres, conforme preconiza Hirata (2011, p.17), “a precarização do trabalho tem conseqüências diferenciadas para homens e mulheres.

Essas últimas são mais atingidas pela precariedade do que os homens (...) mostraram claramente que o número de trabalhadores precários mulheres (em torno de 30%) era maior do que o número de trabalhadores precários homens (em torno de 10%)”.

No contexto atual, as mudanças afetam o trabalhador que precisa manter-se de todas as formas produtivos, havendo a desvalorização do trabalho e a dificuldades de inserção do trabalhador na cadeia produtiva. O momento atual com a falta de emprego acarreta em sentimentos de inutilidade e em um não saber mais ser cidadão.

O trabalho no contexto atual sofre impactos dos avanços tecnológicos e grande parcela da população depende de salários, no entanto as empresas estão fazendo corte de pessoal, estamos chegando ao fim do emprego e caminhando para a terceirização do trabalho, privatizando os serviços públicos e a estabilidade no trabalho está acabando, para que isso mude é preciso mudanças políticas, e as pessoas que estão permanecendo no mercado de trabalho, estão realizando suas atividades sem vínculo formal.

As pessoas estão tendo que aprender uma nova forma de trabalho que ao invés de trabalho fixo é o trabalho por tarefa, por projeto, por tempo determinado. Há uma idéia equivocada de que a escola prepara para um emprego, mas o trabalhador também vai sendo capacitado no decorrer, ou seja, no desenvolvimento do próprio trabalho.

Durante a trajetória histórica do País, persiste a exploração de uma massa trabalhadora, a escravidão se adequava as exigências, e nossos trabalhadores da atualidade também se adéquam as exigências do mercado de trabalho, ainda persiste a distribuição desigual de bens materiais, e a naturalização da pobreza.

Acredita-se que para a superação individual das desigualdades, basta à universalização do ensino, mas dificilmente consegue - se garantir a permanência desse trabalhador na educação básica e muito menos no ensino médio, se a educação é um meio de ascensão social, as forças dominantes e as características das produções capitalistas, não tem interesse que o direito a educação de qualidade seja assegurado, sendo muito mais cômodo responsabilizar o individuo pelo maior ou menor êxito, na disputa por condições básicas de existência.

A pobreza é simplesmente aceita e não questionada, conforme comenta Rummert (2007):

Nesse quadro, não podemos ignorar o fato de que a classe trabalhadora brasileira não vem constituindo, nas ultimas décadas, força social suficientemente expressiva na luta pelo direito ao acesso e a permanência em todo o percurso formativo referente à Educação Básica publica e

gratuita, em tempo regular, cuja conclusão continua, assim, a constituir um privilegio, conforme assinalado pelo próprio órgão governamental. (p. 38).

É complexo refletir sobre o trabalho na atualidade, sem levar em conta que grande parte da população luta para garantir um trabalho, ou talvez um emprego que garanta a sua subsistência, ainda que em situações precárias de trabalho e falta de regulamentação do trabalho, trabalhos desprotegidos e terceirizados, dificultando a humanização e emancipação dos que vivem do trabalho.

Atualmente o mercado no trabalho, ainda cresce o desemprego, o trabalho tem sido um fardo para alguns trabalhadores, havendo cada vez mais dificuldades do homem em assegurar a subsistência de sua família, e ao mesmo tempo nem sempre, consegue se sentir-se realizado com o que realiza. Algo que aparentemente parece fácil, mas que tem sido um sonho impossível, para a grande maioria das pessoas, porque a realidade social e as expectativas e ideais se confrontam, quando se trata de trabalho.

De acordo a análise dos resultados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), houve expansão dos trabalhadores quanto aos setores de prestação de serviços e também declínio quanto ao número de trabalhadores de carteira assinada e por conta própria, teve desaparecimento de algumas ocupações e o avanço da tecnologia, não tem gerado postos de trabalho suficiente para impedir o desemprego, e por isso vem expandindo o trabalho autônomo.

Segundo estimativas do IBGE entre dois milhões de empregados com carteira assinada, temos também 863 mil empregados sem carteira assinada e 678 mil pessoas que trabalham por conta própria, além de termos 157 mil que passaram para outras categorias, em regiões metropolitanas do País como: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre.

O mercado tem exigido trabalhadores polivalentes, flexíveis principalmente quanto ao produto do seu trabalho e os sindicatos tem enfrentando, a falta de organização no trabalho e a dificuldade do trabalhador de competir, com os impasses trazidos pelos novos tempos além de um estado que não cumpre com seu papel de regulamentar a economia, assegurando o bem estar do cidadão.

A humanidade tem passado por inúmeras transformações dificultando a compreensão e interpretação dessa realidade que muda a todo instante, porque segundo Santana e Ramalho (2010):

Em um momento em que a escala planetária, a humanidade passa por processos que levam a transformações materiais e simbólicas, a velocidade vertiginosa com que a realidade muda tem dificultado mais a sua compreensão e interpretação. O quadro se agrava ao percebermos que pode – se estar tentando esse movimento com ferramentas teóricas ultrapassadas. (p.12)

O que se percebe atualmente é que o foco do mercado está em identificar o nível de qualificação e desqualificação dos trabalhadores, a atenção está voltada para o que se espera deles, quanto ao novo processo e em como seria essa nova forma de inserção, ao redefinir o sistema fordista e taylorista na intenção de superação, trouxeram a flexibilização e fizeram com que atualmente o homem, as máquinas e ferramentas se tornassem flexíveis.

Redefinir trabalho hoje é identificar que o trabalhador atual, tem a responsabilidade de desenvolver com qualidade seu trabalho sobre diversos âmbitos do processo, havendo uma descentralização, com isso o trabalhador tem que fazer tudo na empresa, colaborando para a redução do número de trabalhadores, com base numa justificativa infundada que se trata de uma relação de confiança, cooperação, do trabalhador com a empresa, que procura manter - se empregado a qualquer custo, até mesmo operando com estoques de matéria prima reduzida, (Gonçalves; Abaurre, 2010).

É complexo redefinir trabalho, mas é possível perceber que sua redefinição deve superar a escravidão da nossa história e a visão de que o salário é o preço por sua força de trabalho, levando em conta que o trabalho é tão antigo quanto o ser humano, sendo mais que um instrumento criador de riqueza, mas a expressão da essência humana e da luta constante para sobreviver, saindo dessa relação de servidão, o trabalho é essencial para o funcionamento da sociedade, cada sociedade cria um conceito próprio de trabalho, por ter influencia cultural, econômica, política. (Frigotto, 2005).

3. A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO

A educação não tem estabelecido uma relação direta com o mundo do trabalho, porém ambos têm seguindo caminhos e interesses contrários, apesar do incansável discurso, por necessidade de maiores níveis de escolarização dos trabalhadores uma vez que quanto mais instruídos forem os trabalhadores, melhores condições terão de dominar as tecnologias e minimizar os efeitos do desemprego, conforme comentário de segnini (2000, p.43), “nesse sentido, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais, pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego”.

Apesar da necessidade de trabalhadores qualificados, mesmo os que se encontram escolarizados, lamentavelmente estão desempregados, e se levarmos em consideração o fato de que no Brasil a educação ainda não é um direito de todos, surgem então o questionamento: Será que a educação é garantia de emprego? A realidade é que mesmo os jovens Brasileiros avançando na escolarização, ainda assim, continuam sem trabalho e quando estão trabalhando encontram-se inseridos em trabalhos precários.

O que traduz o pensamento de Segnini (2000):

Várias contradições foram observadas e serão tomadas aqui como argumentos para questionar o consenso que a relação entre trabalho e educação parece ser portadora. Em primeiro lugar, aponta-se o crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, mesmo em um contexto como o brasileiro, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos; e, em seguida, questiona-se essa relação a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero (p. 75).

É deplorável chegar à conclusão de que elevar o grau de escolaridade dos trabalhadores, não é garantia de uma qualificação de qualidade, posto que ampliar vagas requer investimento na qualidade de ensino, para que isso não resulte em mão de obra desqualificada e além do mais, assegurar ao trabalhador maiores salários de modo que seja proporcional ao aumento da produtividade, daria ao trabalhador mais incentivo para se qualificar, mas não podemos negar o fato de que a baixa escolaridade traz grandes benefícios como moeda eleitoreira, conforme explicar Fogaça e Salm (2006):

Apontar a educação como uma ferramenta importante para esse desenvolvimento com justiça social, soa bem no discurso, mas não transforma a prática, porque, na verdade, a pobreza é funcional aos que colhem os melhores frutos desse nosso modelo de sociedade. Neste contexto, o panorama geral da educação brasileira nos autoriza a crer que ainda conviveremos por muito tempo com estratégias econômicas que não correspondem à efetiva superação do subdesenvolvimento e que manterão boa parte dos brasileiros à margem dos ganhos obtidos, mesmo se, eventualmente, lograrmos uma taxa de crescimento mais elevada (p.30).

O homem tem como atributo principal a racionalidade, o pensar, o contemplar e ao ser produtivo se torna aparentemente livre, o trabalho define o homem em sua totalidade, enquanto um ser político, com linguagem inteligência e se adapta a natureza e as transforma e a ajusta as suas necessidades.

A esse respeito comenta Saiani (2007):

A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é – o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (p. 154).

É o trabalho que define a essência humana, sendo que a existência humana é um produto do trabalho e a sua formação é um processo educativo.

A origem da educação coincide com a origem do homem, o homem aprendeu a trabalhar trabalhando, lidando com a natureza e se relacionando com os outros, em meio a isso se educavam e também educava as novas gerações para dar continuidade à espécie.

É através da divisão de classes, que o proprietário passa a viver do trabalho alheio, dos não proprietários se fizermos uma comparação com a educação identificaremos que também havia essa divisão e na história isso acontecia da seguinte forma, conforme Saviani (2007, p.155), “a partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas de educação: Uma para a classe proprietária, identificada como a educação de homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais”.

A educação da classe proprietária estava centrada nas artes intelectuais e na arte da palavra e nos exercícios de caráter lúdico e militar. A educação dos escravos era a assimilação do próprio trabalho.

Dentro dessa organização, havia separação entre trabalho e educação, sendo uma destinada à classe dominante e a outra a classe dominada, uma educação do orador do homem político cuja formação consistia na arte da palavra, na arte de governar, temos uma escola que reproduz o modelo do modo de produção capitalista, havendo separação entre instrução e trabalho.

A maneira como o homem determina seus meios de vida, permite a organização da escola, como um espaço separado da produção no qual divide trabalho manual e intelectual, no entendimento de Saviani (2007):

A escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constitui – se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. (p. 157)

As funções manuais não exigiam preparo escolar, com a origem da sociedade capitalista que com o advento da indústria, passava a necessitar de um trabalhador, com uma qualificação específica devido a isso o trabalho intelectual, passou a ter mais visibilidade, enquanto que o trabalho manual passa a ser em grande parte, transferido para as máquinas, passando a ter uma espécie de revolução educacional na qual a escola deverá capacitar o trabalhador para o processo produtivo.

A escola passa a estar ligada aos meios de produção por isso é importante compreender a inserção da educação no processo de produção da existência humana.

Diante disso, cresce o desemprego em consonância a isso, cresce a marginalização social e a escola passa a ter a função de desenvolver ao máximo a potencialidade do indivíduo, sendo assim os níveis de renda aumentam em proporção ao nível de escolarização do indivíduo, dividindo os que têm escolarização superior, dos que tem somente a escolarização primária, mediante isso a educação, passa a ter um valor econômico.

O autor Saviani enfatiza (2002):

Para esse fim, o Estado, agindo em consonância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços educativos, mas concentram suas mãos as formas de avaliação institucional. Assim também na educação, aperfeiçoam – se os mecanismos de controle, inserindo – a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente (p.23).

O controle dos trabalhadores é mantido na mão da burguesia, entretanto esses trabalhadores sobrevivem vendendo sua força de trabalho, sendo assim para conquistar seus direitos é exigida do futuro cidadão do mundo, a sua não definição apenas pelo trabalho, mas por sua participação política em sindicatos, movimentos sociais, a sua consciência social como indivíduo coletivo.

De acordo com Saviani (2002):

Mas o futuro cidadão do mundo não se define apenas pelo trabalho, marcado de força de trabalho, profissão e remuneração, emprego e desemprego. Define – se também pela sua participação em partido político, sindicato, movimento social, corrente de pensamento. A sua consciência social, como indivíduo e coletividade envolvem também a educação e a religião, a política e a cultura, a comunicação e a informação (p. 31).

A inserção do homem na religião, família, política e no trabalho é importante porque situa o indivíduo em sociedade e o transforma em um ser social, passando a ser membro da coletividade, desta forma a educação contribui decisivamente para a formação cultural do indivíduo e da coletividade.

A educação vem sendo modificada desde que o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD) desenvolve programas de alcance mundial, propondo reformas de ensino no qual estão sendo abandonados valores, ideais humanísticos. Tudo que diz respeito à educação passa a ser considerada uma esfera altamente lucrativa de aplicação de capital, as instituições passam a ser administradas, segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado.

O capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho terceirizado, para reduzir o proletariado, deixando as empresas enxutas.

O trabalho intelectual do trabalhador passa a interagir com as máquinas informatizadas, exigindo um profissional com uma mão de obra, cada vez mais qualificada e todo esse saber, transferidos para a maquinaria informatizada, passa a se converter na linguagem da máquina, acentuando a transformação de trabalho que antes era vivo em trabalho morto.

A educação é responsável pela conquista de mercado e bem estar individual e a depender da capacidade e competência do trabalhador, terá condições necessárias de conquistar uma posição no mercado de trabalho, mas infelizmente com o mercado

competitivo, mesmo com uma formação adequada, lamentavelmente não haverá espaço para todos.

A educação é também um tipo de investimento em capital humano individual, para o alcance de maiores oportunidades de empregabilidade e com isso garante um lugar no mercado e como são poucos empregos disponíveis, alguns sobreviverão e outros não, ou seja, a economia cresce excluindo pessoas, devido à disputa acirrada pelos poucos empregos que o mercado oferece, cabendo ao indivíduo ser um consumidor de conhecimento. O trabalho e a educação são atividades especificamente humanas, sendo que ao mesmo tempo em que se trabalha se educa.

É por meio da sua racionalidade que o homem se diferencia de outros animais, com a sua evolução passou a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, com a revolução industrial o homem passa a precisar de um conjunto de saber para estar habilitado a competir pelos empregos disponíveis.

Atualmente o ser humano tem trabalhado cada vez mais e ganhado cada vez menos. Mediante a essa situação o homem tem tentado compensar seu baixo salário, dispensando cada vez mais seu tempo para o trabalho. Desta forma, os mais capacitados, são os que supostamente terão os melhores salários e empregos e conquistado maior escolaridade ou grau de instrução. É importante ressaltar que os ricos têm estado cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e reproduzindo essa pobreza, por não terem acesso a uma educação com qualidade e nem ao menos igualdade de oportunidade.

A educação e o trabalho também estiveram ligados à personalidade moral do sujeito, devido ao fato de que a ociosidade é mal vista pela sociedade. Em concordância a isso a educação foi considerada uma forma de enquadrar o sujeito à sociedade, como uma espécie de colaboração com o capital.

A educação continua a buscar por uma formação para o trabalho, que não estar condizente com a realidade heterogênea, a baixa escolaridade é algo negativo para o País, mobilizando para que a formação do trabalhador se torne estruturada, levando em consideração o seu direito de ser educado para o trabalho, de forma que não continue sendo algo, descartável para a produção.

A erradicação do analfabetismo é uma forma de garantir uma sociedade, mais justa e igualitária, a educação não pode mais fazer uso do conhecimento para colaborar

com a subordinação ou adestramento de pessoas, segundo os interesses do mercado e políticos.

3.1 A educação de jovens e adultos no Brasil

A educação de jovens e adultos no Brasil representa a história do nosso país é muito mais do que escolarização ou qualificação profissional é formação política e também tradução dos esforços para a democratização do ensino.

As campanhas emergenciais de alfabetização de jovens e adultos, no decorrer histórico passaram a ser desacreditada, em nosso País, porque uma escola que garante desde a infância um ensino de qualidade diminui a existência de analfabetos futuros, por terem sido privados do acesso e da permanência na escola. A educação de jovens e adultos brasileira merece prioridade com suas obrigações firmadas e cumpridas, porque não basta uma legislação favorável, visto que sem o apoio financeiro e pedagógico, estaremos bem distantes do alcance de resultados satisfatórios.

Pierro (1993) demonstra:

Suicídio econômico seria relegar à ignorância parcela tão grande da força de trabalho do país, ou ainda amargar décadas de atraso até que se formem novas gerações. Essas seriam, a nosso ver, razões mais que suficientes para que o país tomasse a educação básica dos jovens e adultos como uma das prioridades das políticas educacionais, sociais e de desenvolvimento. O que vem ocorrendo, porém, é a progressiva indiferença pelo ensino de jovens e adultos na política educacional. (p.22)

O período do Brasil colônia foi marcado pela chegada dos Jesuítas, que vieram para o Brasil no intuito de converterem índios ao cristianismo, propagando a fé católica e ao mesmo tempo também ensinando a ler e a contar. A educação adulta nesse período era apenas uma espécie de doutrinação, com o propósito de instruir e catequizar numa doutrina religiosa.

Em meio a isso o Brasil deixa de ser colônia para se tornar reino, e com a chegada de D. João VI para comandar Portugal no Brasil, fugindo dos ataques Franceses, veio com ele sua corte composta por nobres e intelectuais, trazendo em sua comitiva, a biblioteca real, obras de arte, influenciando a educação brasileira (Aranha, 1996).

A vinda dos intelectuais, artistas Franceses para o Brasil tomados pelo objetivo de escapar das represálias de um novo governo que estava sendo formado na França, revolucionaram a educação no Brasil, suprimindo a falta de professores, resultando nas fundações de instituições de nível superior.

Com D. Pedro I, filho de Don João VI, no poder, surge à elaboração de leis que passariam a organizar o sistema educacional brasileiro, passando a estar em vigor com a proclamação da república em 1889, como a educação havia se tornado elitista, as leis seriam para tornar a educação popular e gratuita. (Aranha, 1996).

Devido à falta de vontade política e investimento, a educação durante todo império só atendeu uma minoria elitista e o analfabetismo atingia um percentual que significava nada menos que 80% da população do País. (Aranha, 1996).

Desde o império, o baixo salário dos professores foi um impedimento para incentivar as pessoas a optarem pela carreira do magistério, então pessoas leigas eram transformadas em docentes, havendo muita evasão devido à baixa qualidade de ensino, faltavam recursos para construção de escolas e aquisição de material pedagógico. (Aranha, 1996).

Com D. Pedro II, apesar de o ensino ser gratuito, o material didático não estava incluído e a maioria dos alunos não podia custear o material e nem abrir mão do trabalho para estudar durante o dia, devido a isso o império começou a preconizar a necessidade de um ensino noturno para adultos analfabetos (Strelhow, 2010).

O desenvolvimento industrial no início do século XX, deu início a um processo lento e crescente de valorização do domínio da língua escrita e falada, técnicas de produção como instrumento de ascensão social, progresso do país. (Strelhow, 2010).

Através do desenvolvimento industrial a história da educação de jovens e adultos passa a estar ligada a Paulo Freire na década de 60, enquanto que na década de 90 a educação de jovens e adultos começou a ser extinta no governo Collor passando a ser responsabilidade de estados e municípios. (Strelhow, 2010).

Em 1940 começou a detectar altos índices de analfabetismo no país que acarretou na criação de um fundo destinado a alfabetização da população adulta e em 1945 no final da ditadura de Vargas, teve início um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos no País com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) foi solicitado aos países integrantes como o Brasil a educação de adultos analfabetos e em 1947 o governo lança a primeira

campanha de educação de jovens e adultos que propõe três meses para sua alfabetização, curso primário em duas etapas de sete meses e capacitação profissional. (Strelhow, 2010).

Nessa época o analfabetismo era considerado a causa do escasso desenvolvimento brasileiro, o adulto era considerado como incapaz e marginalizado de forma psicológica e socialmente, submetido aos problemas econômicos, políticos e jurídicos. (Strelhow, 2010).

Essa campanha foi lançada porque o mundo vivia o pós-guerra e a ONU (Organizações das Nações Unidas) fez várias recomendações aos países e uma delas referente educação de jovens e adultos, era o fim do estado novo que é marcado pelo combate à ditadura de Vargas, soltando os comunistas que estavam na cadeia, renascendo a vida partidária, trazendo a redemocratização para o Brasil trazendo o processo de restauração da democracia dos direitos civis, lentamente após o autoritarismo da ditadura. (Strelhow, 2010).

Nesse período a associação de professores do ensino noturno preparava o primeiro congresso nacional de educação de adultos, o ministério convocou dois representantes de cada estado e enviaram para discussões ao SEAs (Serviço de Educação de Adultos do MEC) um conjunto de publicações sobre o tema, a publicação tratava de investimento na educação como solução dos problemas da sociedade, o alfabetizador identificado como missionário, o analfabeto visto como causa da pobreza e o ensino de adulto como tarefa fácil, sem necessidade de uma formação específica e de remuneração, havia a valorização do voluntariado e com isso teve início uma mobilização nacional, para discutir a educação de jovens e adultos, a campanha não teve sucesso, mas conseguiu resultados quanto à visão preconceituosa sobre o processo de educação de adultos. (Strelhow, 2010).

Havia críticas sobre o método de alfabetização adotado na campanha, devido às precárias condições de funcionamento das aulas, baixa frequência e aproveitamento dos alunos, má remuneração e desqualificação de professores, inadequação do programa e do material didático, superficialidade do aprendizado devido ao curto período, essa campanha teve declínio. (Aranha, 1996).

A delegação de Pernambuco que Paulo Freire fazia parte propõe uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método as características populares. (Aranha, 1996).

Na década de 50 e 60 iniciou uma intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base que foram os grupos sociais, discutindo formas de evoluir para uma sociedade mais justa, contribuindo para as iniciativas públicas de educação de jovens e adultos, uma nova visão sobre o problema do analfabetismo consolidando uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tinha como principal referência Paulo Freire e o analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização passando a ser interpretado como efeito da pobreza e de uma estrutura social não igualitária (Aranha, 1996).

Em 1963 Paulo Freire foi encarregado pelo governo para desenvolver um programa nacional de educação de jovens e adultos e em 1964 com o golpe militar que consiste no poder tomado pelos militares com o pretexto de defender o País resultou numa ruptura desse trabalho e a conscientização que Paulo Freire tencionava era vista como uma ameaça. (Aranha, 1996).

Por conta do trabalho realizado, Paulo Freire foi exilado e teve início a implantação de programas assistencialistas e conservadores e em 1967 o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a população de 15 a 30 anos acarretando numa alfabetização funcional, devido à aquisição de técnicas de leitura, escrita, cálculo, com esvaziamento metodológico e de materiais didáticos, perdendo o sentido crítico que a EJA propõe. (Aranha, 1996).

Na década de 70 com a expansão do MOBRAL como uma proposta de educação integrada, com o objetivo de conclusão do antigo curso primário com a LDB 5692/71, foi implantado o ensino supletivo, no qual se limitou o dever do estado a responsabilidade pela educação da faixa etária dos 7 aos 14 anos e reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania. (Aranha, 1996).

Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), foi influenciado pelo tecnicismo, adotando módulos instrucionais, atendimento individualizado, a auto - instrução e um tipo de avaliação em duas etapas – modular e instrucionais, como consequência ocorreram evasão, individualismo, pragmatismo e a certificação rápida e superficial. (Aranha, 1996).

Nos anos 80 a alfabetização, ganha um formato mais crítico devido às experiências anteriores, surgindo o projeto pós – alfabetização, propondo um avanço na linguagem escrita e nas operações matemáticas e em 1985 o MOBRAL foi extinta

surgindo à fundação EDUCAR que passou a não somente executar os projetos, mas passou a apoiar financeiramente e tecnicamente as iniciativas existentes. (Aranha, 1996).

A educação de jovens e adultos na década de 90 é reconhecida como importante para o fortalecimento da cidadania e formação cultural da população, o ensino fundamental de qualidade é universalizado havendo avanços que são resultados de conferências organizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que tem a responsabilidade de melhorar a educação nos países em desenvolvimento. (Aranha, 1996).

O MEC (Ministério da Educação) junto com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), instituiu uma comissão nacional de EJA que mobilizaram cada estado a realizar um encontro para diagnosticar metas e ações. (Aranha, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 garante a igualdade de condições de acesso e permanência, padrão de qualidade, valorização da experiência do aluno e esses princípios fizeram com que as propostas para a EJA fossem criadas, lembrando que outro fator importante na década de 90 é que o governo transferiu a obrigação da EJA para os municípios, que passaram a buscar parcerias com ONG's e Universidades, movimentos sociais, sindicatos. (Aranha, 1996).

Surgem também os Fóruns de EJA (Educação de Jovens e Adultos) para socialização de informações e trocar experiências, buscando formas coletivas sobre um tema de discussão específico, reivindicando soluções e propondo encaminhamentos, mobilizando o País com relação à EJA (Educação de Jovens e Adultos). (Aranha, 1996).

É contundente observar que no decorrer da história houve avanços e retrocessos na educação de jovens e adultos, no início vinculada a necessidade de catequizar essas pessoas, depois veio à tentativa de buscar métodos de ensino específico a realidade e o sonho de tornar o ensino um direito de todos, que foi marcado por um ensino sem qualidade, com o predomínio no ensinar a ler e escrever, sem desenvolver a consciência crítica uma educação que historicamente oscilava, devido a influência dos acontecimentos sociais e políticos.

3.1.1 Educação de Jovens e Adultos na condição de política pública no Brasil

Entende-se por Políticas Públicas os planos e programas que direcionam a ação do poder executivo através do qual os governantes intervêm na sociedade buscando concretizar os objetivos previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Guareschi & Silveira, 2010, p.1), afirma que, “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”.

O intuito das políticas públicas é corrigir gradativamente determinado quadro social, favorecendo o grupo atingido pela problemática, bem como, minimizando os efeitos negativos que reflete em toda a coletividade.

As políticas públicas criam mecanismos voltados a corrigir injustiças sociais, no caso da Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma forma de inclusão social, por favorecer que jovens e adultos que não frequentaram a escola no período regular possam ter acesso a escolarização e conseqüentemente melhor se qualificar para o mercado de trabalho e cidadania.

Para Souza (2006), as políticas públicas tem se transformado em políticas restritivas de gasto, quando deveriam na verdade, impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

A autora menciona que o governo opta por determinadas ações, através da formulação de decisões a respeito dos problemas públicos. Desta forma a política publica, tem seus aspectos racionais e procedimentais, que acabam deixando de fora o processo de cooperação entre outros governos, instituições ou grupos sociais.

Um governo democrático propõe programas, projetos, mudanças rumo à ação, mas é necessário avaliação e aprovação da legislação, necessitando de participação de instituições, no processo decisório. No entanto, acabam sendo influenciado pela pressão dos grupos de interesse.

Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

As políticas públicas podem encontrar apoio ou rejeição, quando um governo desconsidera fatores como os recursos limitados e as mudanças políticas, visto que esses aspectos geram impactos.

Para Souza (2006, p.27) a definição das políticas acontece da seguinte forma, “também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado”.

O consenso, a concordância na política, é construído por barganha, ou seja, negociação, do que por persuasão ou convencimento.

O convencimento de um problema, ou sobre algo que precisa ser feito, traz a devida atenção para a questão quando há indicadores e uma avaliação que apresente as falhas da política, uma vez que os empreendedores políticos investem esperando um retorno futuro.

Com o aumento mundial da escolarização e do investimento individual em educação, para acesso ao trabalho, são resultados da ampliação das faixas etárias, e dos níveis de ensino, sob a responsabilidade do estado.

Numa sociedade que valoriza a profissionalização, os mais prejudicados, são os que chegam ao mercado de trabalho, sem diploma ou sem acesso a educação básica obrigatória, em idade própria.

A desigualdade regional representa uma sociedade pouco organizada, acovardada e submetida, no qual os riscos dependem dos favores do estado e os pobres de sua generosidade, situação esta que promove uma rede de fidelidade pessoal.

Os entes federados elaboram diagnóstico da situação educacional local, fazem planejamento de acordo com o recurso público, que são provenientes de impostos e transferências dos estados, governo federal, município, complementando com o recurso do FUNDEB, 60% deverão ser utilizados, na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício e o restante deve ser gasto com despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, pagamento de outros profissionais, aquisição de equipamentos e construção de escolas. Além disso, a rotatividade dos gestores prejudica a continuidade dos programas.

Há casos, que não há cumprimento da exigência educacional, com relação ao financiamento da educação pelas esferas do governo, resultado de desvio de recursos,

pela corrupção, burocratização, clientelismo, obras não executadas. Em decorrência disso o pagamento de professores ficam abaixo do piso salarial, com contratações temporárias e precárias, sendo assim prevalece o interesse econômico e político, com indicação de diretores como sendo uma escolha política local.

O autor Moraes enfatiza (2017):

As competências legislativas próprias de cada ente da federação dificultam a implantação de regras nacionais para a valorização da carreira docente, dentre elas as relativas ao ingresso e à progressão na carreira. Assim, além da docência funcionar como “cabide de empregos” e massa de manobra, especialmente em prefeituras de pequeno porte, abre-se um flagrante conflito com a Constituição Federal (p.18).

A política é luta por poder, disputas pelo direito a educação, consiste no sujeito que deseja o poder e em manter e ampliar esse poder, para continuar atuando na política. Afirma Sousa (2016):

Então, governar (o país, a cidade ou a escola), que é uma ação política, implica em buscar manter-se no poder, pois mesmo para continuar governando e, assim continuar atuando na política, tal poder é preciso. Esta dominação, que para Weber é uma forma especial de poder (legitimado/reconhecido), é conduzida com o intuito de primeiramente manter, para depois ampliar, o poder. (p.77)

Para Souza (2017), o Estado se relaciona com a pressão ou com a ausência de pressão social que consiste em iniciativa popular que exige mudanças, por mais que digam que não ainda há limites no acesso a educação escolar, mesmo com o entendimento de que todo tem direito a educação, uma política pública não é uma iniciativa isolada, por ser um conjunto de decisões, ações, de caráter setorial.

A questão educacional está relacionada ao acesso, gestão e qualidade, da dicotomia entre quantidade e qualidade, quanto mais se expande o acesso mais se impõe a gestão de qualidade, o quadro da política educacional é complexo, renovar modelos de gestão da educação, gera expectativas de se ganhar a política.

Uma gestão educacional de qualidade prioriza o trabalho em equipe, busca novos desafios, age com flexibilidade, inovação, com foco no cliente, inspeciona o porquê da não qualidade, controla a qualidade, não impõe decisões, porém motiva essas decisões, há organização no serviço prestado, o envolvido tem consciência da importância do seu papel e as decisões são baseadas em fatos e dados, a qualidade é o resultado do esforço conjunto.

A política educacional precisa ir além da constituição, atendendo a demanda que originou a sua criação, sendo eficaz, apesar do administrador público ter que agir em conformidade com a lei, como cobrar uma ação que a lei não determina, uma lei precisa ter maior alcance, deve haver correspondência entre política e demanda social, respondendo aos reclames sociais por uma educação melhor, a política não pode se vista como resultado da intenção de quem governa, sobre os problemas apresentados.

A política é algo dinâmico e complexo, os governantes agem de acordo com seus valores e interesses, que nem sempre são coerentes, nosso país têm uma espécie de perda de memória da história política, uma vez que a política de hoje é reflexo do passado, ou seja, a história explica os fenômenos atuais.

Temos uma política educacional que tem aflorado apenas os problemas educacionais sem articulação com outros campos da política, enfim a política educacional se resume nela mesma, há uma luta pelo reconhecimento da educação como direito e pela busca por qualidade, no entanto é preciso conhecer melhor uma sociedade, seus direitos e o papel do Estado, para indicamos com mais certeza o que se espera e o que realmente precisamos

As políticas públicas para a EJA estiveram atreladas aos índices do nível de alfabetização, sendo necessário ampliar o sentido dessas políticas.

O financiamento dos programas foi tendo uma nova configuração transferindo a responsabilidade dos programas da União para os municípios, com um governo que deveria se comprometer com a superação do analfabetismo.

As campanhas, desenvolvidas em sua história teve caráter superficial, com programas que eram inadequados, ofertando materiais pedagógicos que não consideravam as especificidades e nem a diversidade regional, eram medidas paliativas.

A ação política para o acesso e permanência de jovens e adultos no processo de escolarização, acontece quando a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), assume a educação como um direito social que abrange a todos independente de condição, visando o pleno desenvolvimento, desde a cidadania como a preparação para o trabalho, considerando também a participação da vida em sociedade.

A cidadania representa a participação popular nas diretrizes das políticas educacionais brasileiras, no profissionalismo com que o cidadão desempenha suas atividades, no exercício da democracia através de virtudes políticas, fazendo uso da liberdade política e de ação em prol do bem coletivo, com sentimentos de pertencimento

a uma comunidade, lutando por seus direitos, exercendo seus direitos políticos, com consciência dos seus direitos e também dos seus deveres.

As políticas para a EJA são frágeis, porque tem sido desenvolvida através de ações ligeiras, no intuito de conseguir qualidade educacional, através de campanhas, movimentos, programas, projetos, ofertando formações de baixo custo, atendendo necessidades e demandas imediatas e não os fundamentos da educação básica. (Julião; Beiral; Ferrari, 2017).

Ao analisar a educação básica é preciso ter uma visão contextualizada sem ignorar a situação sócio-econômica, visto que a distribuição de renda e riqueza determina o acesso e a permanência na escola.

É indispensável assegurar a formação comum, para o exercício da cidadania, oferecendo meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores, sem exigir da escola o que não faz parte do seu papel e nem muito menos negar o que cabe a ela, identificando a educação como um serviço público, um direito social e não uma mercadoria.

A EJA como modalidade da educação básica supera essa oferta aligeirada, compensatória e supletiva de escolarização, a EJA tem lugar de destaque na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), quando responsabiliza o estado por sua oferta (Julião; Beiral; Ferrari, 2017).

Com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e seus avanços na atualidade, mudou-se aspectos com relação ao fato de que participação no ambiente escolar, não se trata apenas de se apropriar desse espaço e do seu tempo para que haja desenvolvimento, graças a isso uma escola é pensada de modo a atender as necessidades e particularidades do sujeito, percebendo o sujeito como diverso, tudo isso é concebido quando a EJA passa a ser caracterizada como modalidade.

Garantir oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho é de fundamental importância.

A LDB assume a educação básica como política pública, com ações de elevação da escolaridade, pois a constituição preconiza a participação em atividades sociais, políticas e culturais e educação continuada, sendo importante refletir a diversidade dos sujeitos da EJA, com uma educação com características próprias que considera o perfil e a faixa etária dos estudantes.

A EJA vem sendo reconhecida pelos governos como estratégia de correção de fluxo e para limpar os indicadores negativos de avaliação. O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). São avaliações com o objetivo de criar políticas públicas, para ajudar os municípios a superarem suas dificuldades.

O reconhecimento da instrução como um direito humano que representa liberdade e desenvolvimento, foi idealizado pelas lutas sociais, uma vez que teve um momento histórico em que esse direito não existia, por ser um privilégio de uma minoria, agregar a gratuidade e obrigatoriedade, a educação de jovens e adultos, se torna o início de uma democracia.

Os doutrinadores Reis e Moura (2014) demonstram reconhecimento da importância das políticas públicas para a educação:

[...] políticas públicas destinadas à educação só ganham significado e efetividade se a sociedade de modo geral cobrar seus direitos, participar de maneira mais expressiva das decisões tomadas em âmbitos políticos, como na escolha das necessidades de uma determinada população, de forma justa e igualitária. É exatamente no contexto da luta por um sistema educacional que contemple a todos, sem nenhuma forma de distinção, preconceito e exclusão que também nasce à realidade vivenciada por todos os aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos. (p.13)

De acordo com Reis e Moura (2014), em 1950, metade da população era analfabeta e excluída da vida política e somente em 1940 é que a educação de jovens e adultos passa a ser considerada um problema de política nacional e que em 1950 os debates sobre a EJA, ganham mais visibilidade no País, sempre com críticas com relação à qualidade e superficialidade do aprendizado e também inadequação dos programas.

A política implantada no país no período da ditadura militar colaborava com a coesão social e os programas com base nas orientações de Paulo Freire eram interrompidos, atualmente é necessário comprometimento com a superação do analfabetismo, grande parte dos jovens e adultos, não consegue adquirir os conhecimentos básicos que a escola deve garantir.

É importante reavaliar as políticas voltadas para a educação de jovens e adultos, desde os seus objetivos, o currículo, ampliando o seu sentido, política essa que é

constituída de normatizações, mas que precisa caminhar para adiante dos direitos adquiridos, procedendo de forma prática.

Para Machado (1998), há um afastamento do poder público quanto à colocação em prática das políticas da EJA, havendo um discurso neoliberal nessa política e da necessidade de se juntar esforços para se erradicar o analfabetismo, mencionando que em 1989 a Fundação Educar junto com o MEC, convocou uma comissão de especialistas, para desenvolver pesquisas sobre a EJA e com a extinção da fundação essa comissão fica desarticulada, na época o país estava sob o governo do presidente Fernando Collor de Melo.

Na década de 90, segundo Machado (1998), os objetivos da EJA, atendiam as exigências do mercado e que nesse período apresentaram-se propostas de erradicação do analfabetismo, foi lançado o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), esse programa se desvinculou da sua comissão de criação e os recursos eram liberados a empresas, sem nenhuma preocupação com alfabetização.

Havia uma falta de controle dessas comissões e dos fundos repassados havendo critérios clientelistas, falta de controle dos projetos aos quais os recursos eram destinados, foi um período marcado por protestos de entidades e movimentos populares e sindicais, enfim os programas não beneficiavam a população analfabeta.

A década de 90 foi um período de debates do plano decenal, de discussões do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que nasceu o documento das diretrizes para uma política nacional de educação de jovens e adultos, porém no plano decenal a prioridade era a criança sem a desobrigatoriedade com a EJA, havia um caráter descontínuo, reduzindo a cursos e exames supletivos, incentivando o abandono as classes regulares de ensino.

Os programas tinham como prioridade os municípios do norte e nordeste do país que segundo Machado (1998), havia o intuito de levar alfabetização aos municípios que possuem maior índice de analfabetismo, para que cheguem a média nacional, cabendo a universidade selecionar, capacitar e avaliar o trabalho dos alfabetizadores existia uma empresa responsável pelo pagamento de bolsas aos alfabetizadores e o MEC se responsabilizava pelo material didático.

Machado completa (1998):

O programa se inicia com a realização da seleção e capacitação de alfabetizadores em um mês, passando então para o processo de

alfabetização que deverá se dar em cinco meses. À universidade cabe selecionar, capacitar e avaliar o trabalho dos alfabetizadores, tendo para isto um encontro mensal no município de sua responsabilidade. A empresa parceira é responsável pelo pagamento das bolsas dos alfabetizadores, coordenadores e alimentação dos alunos. O MEC se responsabiliza pelo fornecimento e reprodução do material didático e de apoio, seleção do coordenador do município. Os municípios viabilizam espaço físico e mobilizam os alunos. (p.6)

Na época já se falava da valorização dos profissionais da EJA, das condições de trabalho, da importância da remuneração digna, exigia-se apenas o magistério para o ingresso desses profissionais nos programas, havia também formação continuada no qual se defendia a reflexão contínua sobre a prática, a política deveria ser avaliada e acompanhada periodicamente, sem padronizar os programas, sendo que o professor da universidade deveria verificar se o aluno voltou à escola ou se entrou no mercado de trabalho.

A educação popular e o compromisso com as classes mais pobres precisam ser levadas em conta, ampliando o direito, facilitando a complementação da escolaridade, o aperfeiçoamento da formação profissional, indo de encontro à política de descentralização da EJA ao ensino fundamental, que a transforma em supletivo noturno.

A política pública de Educação de Jovens e Adultos, precisa ser pressionada pela sociedade civil organizada, para que os direitos sejam garantidos e haja implementação, sem desprezar a participação daqueles que trabalham com jovens e adultos, devendo ser entendida como uma educação continuada ao longo da vida, dando condições para que os sujeitos participem da construção de uma sociedade democrática, propiciando desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania.

Para Ceratti (2007) os programas, voltados à EJA, tornaram-se um discurso político rentável, sem compromisso, formando mão de obra para o capital e não dos cidadãos para a sociedade, o combate ao analfabetismo representava crescimento econômico, em nossa história o adulto analfabeto não votava, era importante tornar o analfabeto em um eleitor, mas era necessário dar condições para essa alfabetização.

As políticas educacionais para jovens e adultos de acordo Ceratti (2007), ficou restringido e o governo brasileiro não tem cumprido suas metas e ainda continua grande parte da população analfabeta, sendo na maioria mulheres.

Mudar esse quadro de mão de obra despreparada, não basta à aprovação de leis, sem participação da sociedade, a EJA para Ceratti (2007), tem sido sujeita a cortes

orçamentários. As políticas educacionais da EJA trazem reflexões a cerca das dificuldades que diminuem orçamentos, convocação de não – profissional ou trabalho voluntário.

As diretrizes curriculares nacionais para a EJA consideram a mesma como um direito social, sua oferta deve respeitar as características da modalidade, sendo um documento que possibilita a elaboração da proposta pedagógica da EJA, nas escolas, reconhecendo especificidades como frequência, carga horária, avaliação, metodologia, com atividades direcionadas ao adulto.

O plano nacional de educação tem duração plurianual, orienta ações do poder público, mas ainda há ausência e descontinuidade das políticas para a EJA, é preciso modificar essa realidade, reformular as políticas públicas, tornar acessível os dados de execução orçamentária, é evidente o descaso com a educação e a questão orçamentária merece uma melhor distribuição.

O analfabetismo representa miséria e desigualdade social, indo além do domínio da leitura e escrita, de modo que o ato pedagógico não se separa do político.

O analfabetismo funcional, a falta de acesso ao conhecimento impresso, a tecnologia, requer políticas para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, satisfazendo suas necessidades básicas com relação à aprendizagem, é preciso compromisso para superar as disparidades educacionais, pela falta de acesso as oportunidades educacionais. As políticas públicas não é a solução para todos os problemas, mas a mobilização no cumprimento de metas precisa de seriedade.

3.2 A educação de jovens e adultos na atualidade

A preocupação não é recente, a educação de jovens e adultos na atualidade, lamentavelmente, prevalece às preocupações com relação aos rumos da nação.

A educação de jovens e adultos no contexto atual, não condiz mais com um currículo fragmentado, sem articulação entre as áreas do conhecimento, com uma práxis que não respeita à experiência e os saberes anteriores dos estudantes. É preciso que haja diálogo entre a proposta da escola e o conhecimento prévio, neste novo contexto, não cabe mais uma organização curricular, que separa a pessoa do mundo em que vive, sem ser compatível com as necessidades da vida cotidiana.

É preciso elevar o nível educacional e oportunizar uma formação ampla aos trabalhadores, o letramento é a condição mínima para o trabalho, ofertando um ensino básico de qualidade, atualizando permanentemente, tendo a percepção de que um ensino ineficaz custa caro para a o desenvolvimento da sociedade.

Paiva (1994) apresenta importante ponto de vista:

O debate a cerca da nova qualidade exigida do ensino básico, diretamente vinculado, a competitividade internacional dos Países e a sua capacidade de superar ciclos recessivos neste final de século, responde a questão contemporânea que acentuam a necessidade de multiplicar as oportunidades de alfabetização, educação básica e requalificação permanente de jovens e adultos. (p.30)

A atual política voltada para a educação de jovens e adultos da classe trabalhadora consiste em muito mais do que um ensino destinado à alfabetização, pretendo-se a elevação da escolaridade, com uma prática associada à formação profissional, posto que, não cabe perpetuar, a privação dos direitos da classe trabalhadora.

Em sua atual configuração, ainda predomina o fundamento capitalista, que promete crescimento profissional através da educação, com novos padrões de produção e acumulação e de exploração de uma classe sobre a outra, atribuindo valor e desejo de competitividade, com um mercado que sofre constantes mudanças, destruindo os direitos sociais, que compreende a educação como moeda de troca com uma lógica capitalista, que pagar pouco para que esse trabalhador trabalhe incansavelmente até obter uma renda mínima.

Ao alcançar um direito não é algo que se dê por resolvido, porque sempre queremos mais, visto que diante de uma realidade como a educação de jovens e adultos, que configura - se numa ampla complexidade, que abrange a negação do sujeito desde a infância, ao trabalho precoce, a pobreza e pensar que ainda há novos horizontes a serem conquistados a cerca do direito a educação, como o direito a alfabetização, a educação básica, ao ensino médio, enfim a uma educação permanente.

Conforme entendimento de Paiva (2006):

Isso significa ter domínio suficiente para, em processo de aprendizado continuado, se manter em condições de acompanhar a velocidade e a complexidade do mundo contemporâneo, que exige aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento e a

permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e de sua recriação diária. (p.522)

A educação de jovens e adultos, não significa apenas escolarização, representa cidadania, direito a educação, democracia, políticas públicas, programas e projetos, isto é se constitui em uma conquista histórica e permanente, que não foi simplesmente dada, porém conquistada, por meio de muita luta, porque ao se conquistar um direito, continua-se a lutar, todos os dias, para garantir que essas conquistas, não retrocedam.

O atual momento da educação de jovens e adultos de acordo Paiva (2006), representa conquista de direitos, de modo que o simples e ao mesmo tempo grandioso fato de saber ler, como um triunfo da igualdade e da cidadania, propiciando aos pais que antes mal sabiam reivindicar o direito dos filhos, através do acesso a educação, terão agora subsídios para reclamar o direito dos seus filhos e também o seu próprio direito a educação.

3.3 O aluno trabalhador da educação de jovens e adultos - EJA e sua luta por sobrevivência.

O olhar para o sujeito trabalhador da educação de jovens e adultos, ainda é muito restrito, quando nota-se apenas como peculiaridade à questão da faixa etária, sem refletir outros aspectos, como a alfabetização tardia, e todas as implicações que sujeito o passa, por não ter vivido sua escolaridade de forma regular.

De acordo com Arroyo (2007) o tempo para o trabalhador da EJA é algo incerto havendo necessidade de flexibilidade, para que não se tornem vítimas da rigidez dos tempos escolares.

Arroyo (2007) apresenta importante postura envolvendo o proceso ensino aprendizagem, qual seja:

A questão que coloco é como estruturar os tempos do aprendizado, da socialização, do domínio de conhecimentos. Há formas rígidas de aprender o conhecimento para quem não tem outra coisa que fazer na vida e há formas que têm que ser repensadas e reinventadas para quem não tem controle do seu tempo. Lembremos que muitos (as) dos educandos (as) da EJA chegam com percursos truncados pela dificuldade de articular tempos de sobrevivência e tempos de escola. (p.13).

Uma das incertezas na vida desse estudante trabalhador está na falta de oferta de trabalho formal, trazendo como efeito a necessidade de sobrevivência imediata desse trabalhador que por meio do subemprego, experimenta lidar com sentimentos de insegurança e de falta de perspectiva futura.

Arroyo (2007) afirma:

O futuro se distancia e, conseqüentemente, o presente se amplia. Uma coisa é estudar para o futuro e outra coisa é preparar-se para sobreviver num presente esticado, sempre esticado, sem horizontes de futuro. Isso nos obriga a mudar os nossos discursos em relação à educação. Até da EJA. Esta tende a apresentar-se aos jovens adultos como a última porta para o futuro. No discurso da educação persiste o discurso das promessas de futuro e, talvez, o discurso deveria ser da garantia de um mínimo de dignidade no presente. Esta abordagem muda, e muito, o foco do olhar. Com os jovens e adultos com que trabalhamos o que temos que fazer é evitar discursos do futuro e falar mais no presente. Intervir mais no seu presente do que prometer futuros que não chegarão. (p.9)

O que importa para esse trabalhador é o atual momento dele, porque o futuro depende da sua qualificação e formação. Priorizar apenas o presente submete essas pessoas, a continuarem na vulnerabilidade, conforme Arroyo (2007):

Nesse modelo de trabalho não formal, de trabalho informal, onde a maior parte dos jovens e adultos que estudam na EJA estão essa esperança se perde. Não se vive da esperança de um futuro, tem que se viver é dando um jeito no presente. O presente passa a ser mais importante do que o futuro. Isso traz conseqüências muito sérias para a educação, porque a educação sempre se vinculou a um projeto de futuro (p.8).

Não é apropriado um ensino, para esse trabalhador, ao qual esconde os reais aspetos e conseqüências com relação ao seu futuro, insistindo em um ensino que prepara o sujeito para o trabalho formal, do qual jamais teve ou terá a oportunidade de acesso, porque dessa forma a escola não dá instrumentos para que esse trabalhador seja capaz de sobreviver e de se tornar menos vulnerável.

Arroyo (2007):

Poderíamos pensar: que currículos seriam necessários para essa juventude e vida adulta nesses níveis de vulnerabilidade, nesse trabalho informal? Se observarmos os currículos da educação básica, seja fundamental, seja média, e aquelas propostas que repetem o currículo da educação fundamental e média para a EJA, pode-se perceber que tudo o que se valoriza nesses currículos é voltado para o emprego seguro. (p.9)

Portanto, não se pode negar a realidade de que os trabalhadores considerados ativos, no processo de trabalho é uma minoria apenas, uma vez que o emprego teve aumento na área informal, conforme Arroyo (2007):

O emprego aumentou sim, mas aumentou, sobretudo, na área informal. O trabalho informal triplicou enquanto que o trabalho formal pouco aumentou. Que querem dizer esses dados? Querem dizer que os jovens e adultos da EJA, certamente, estão entre esses que ajudaram a triplicar o trabalho informal. (p.7)

O trabalho proporciona prestígio, status, acúmulo de riqueza, não há como não reconhecer a nossa dependência ocupacional e material, o desemprego divide a sociedade, o ser humano precisa manter-se vivo por isso ninguém melhor do que uma pessoa, obrigada a se sujeitar a essa situação, para entender a necessidade de sobrevivência.

A pluralidade racial, cultural dos sujeitos da Eja é formada por afrodescendentes, deficientes, diante dessa diversidade, nos leva a perceber que é preciso conhecer a dimensão da condição humana do sujeito, para dar conta das suas necessidades e desejos, de modo que o sujeito precisa ser motivado e mobilizado a buscar conhecimento, além disso, valorizar seu conhecimento e expectativas, superando a desigualdades sociais e raciais e atendendo as demandas do desenvolvimento local.

Quando nos deparamos com alunos adultos e não alfabetizados, logo de imediato, não sabemos quais são os papéis que esse estudante realiza fora do espaço escolar.

Quando enfatizamos a sua realidade fora do âmbito escolar é preciso reconhecer que esse aluno trabalhador por muitas vezes foi impedido de superar suas contradições, no início os professores tem visão pré-concebida desse estudante trabalhador e sem perceber lhe atribuem um personagem de adulto analfabeto que foi ignorado em sua historicidade.

Para os autores Soares; Carvalho; Kipinis (2003), a desigualdade econômica impõe a esse aluno trabalhador, experiências diferenciadas como exemplo disso a sua inserção precoce no mundo do trabalho.

A sua colocação precoce no mundo do trabalho dificultam a sua inserção e permanência na escola, fatores que torna ainda mais complexo para um mercado de trabalho, que requer indivíduos cada vez mais escolarizados. No entanto o adulto trabalhador da EJA, quando atinge essa escolarização ela acontece em idade avançada,

por fim, uma nação que investe na educação dos pais, os efeitos recaem de forma positiva na educação dos filhos dessa pátria.

De acordo com Beatrici (2010), temos que ter a preocupação em saber quem são os jovens e quais são seus modos de pensar, agir, suas necessidades, o que esperam da escola, considerando o tempo e o espaço ao qual estão inseridos bem como a sua preparação para o mercado de trabalho.

É imprescindível saber quais as dificuldades em sua escolarização, com um olhar cauteloso para a sua trajetória escolar, compreendendo o que o jovem e adulto espera da escola, afinal esse sujeito é uma pessoa excluída que evadiu ou que já foi retido e que está em busca de melhores ofertas de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

Ao conhecer as necessidades, interesses, motivamos o jovem e adulto para a aprendizagem e oportunizamos uma prática que centra a aprendizagem na vida deles, usando a sua experiência, engajando-se na pesquisa desse sujeito e nas suas diferenças individuais, uma vez que o adulto trabalhador é maduro para assumir suas responsabilidades, sendo dotado de consciência crítica, mas que certamente foi desestimulado a estudar por inúmeros motivos relacionados à exploração no trabalho a repetidas reprovações, portanto o currículo e a escola não podem desconsiderar as especificidades da EJA.

A esse respeito os autores Ferreira, Alântara & Gahyva (2007) comentam:

[...] percebe-se que o aluno da Eja é um jovem e adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou por ter que trabalhar. São alunos que estão inseridos no mercado de trabalho, ou que ainda esperam nele ingressar, que não visam apenas à certificação da escolaridade para manter sua situação profissional, mas que planejam concluir o Ensino Médio e chegar à Universidade para ascender socialmente e profissionalmente, rompendo barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender (p. 207).

O conhecimento do aluno da EJA não é sistematizado por isso é importante saber quem é estudante trabalhador que estamos lidando para que como professores possamos contribuir para transformar da sua realidade de modo que o que está sendo ensinado tenha realmente sentido para o mesmo.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PRADO – BA

O município de Prado, fica localizado no extremo sul da Bahia, no Brasil. De acordo com Censo IBGE conta com 28.481 (vinte e oito mil quatrocentos e oitenta e um) habitantes, o município conta com área territorial de 1.687,342 o município possui belíssimas praias (IBGE, 2010).

No ano investigado apenas duas escolas trabalhavam com a EJA o Colégio Municipal Anísio Teixeira que oferece o ensino fundamental II e a Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães que oferece alfabetização de 1º ao 5º ano.

A Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, objeto da pesquisa fica localizada no município de Prado – BA. A Educação de Jovens e Adultos – EJA foi instituído em 2002, com 500 (quinhentos) alunos, 16 (dezesesseis) turmas e 27(vinte e sete) funcionários.

A instituição de ensino investigada desenvolve importante papel social para o município por favorecer o processo de inclusão e correção de injustiças sociais. Os educandos que não frequentaram a escola no período regular tem na EJA a oportunidade de escolarização, conseqüentemente melhor se qualificar para o mercado de trabalho.

Ressalta-se que a EJA além de ser benéfica ao aluno também é para a sociedade em geral diminui o grau de analfabetismo reflete de maneira positiva na sociedade por preparar cidadãos mais conscientes.

Todavia embora a instituição de ensino possua atualmente quadro de profissionais qualificados para atuar com Educação de Jovens e Adultos se depara com fortes impasses para a efetividade dessa modalidade de ensino relacionados aos fatores externos em especial o trabalho desenvolvidos pelos alunos durante o dia, depois de jornadas de trabalho intensa tem-se que se deslocar para a escola.

A maioria dos alunos moram no interior do município do Prado devendo percorrer longas distancias para chegarem a escola, dependem na maioria das vezes de transporte público o que é outro grave problema externo, uma vez que esses transportes não são constantes além de ter o acesso dificultado com a ocorrência de chuvas, já que o percurso não é pavimentado.

Tais fatores externos dificultam o processo de escolarização dos alunos da EJA, a instituição de ensino e educadores tem que reprogramar suas aulas, em razão da ausência ou atraso dos alunos.

A EJA é uma ação positiva do Estado que cumpriu o seu papel ao ofertar o ensino aos alunos que não frequentaram a escola no período regular, entretanto, sua responsabilidade vai além da oferta deve-se favorecer a continuidade e eficácia dessa modalidade de ensino.

4.1 O papel da escola

Na Educação de Jovens e Adultos – EJA tem como educando pessoa com fortes experiências de vida, onde se estabelece uma relação pautada em troca de conhecimentos.

A escola deve propiciar a esse aluno educação voltada para o seu contexto social que possa ser utilizada pelo educando no seu cotidiano que seja útil. O processo de escolarização não pode descartar todo o histórico de vida do educando suas vivências, deve-se adotar uma linguagem compreensíveis a eles.

Conforme estabelece (Loch 2009, p. 18), “pensar o planejamento e avaliação em EJA é pensar os educandos a sua vida, suas necessidades, desejos e aspirações articulados com a realidade social e cultural em que vivem e redesenhá-la num processo conjunto em que o ver, o ouvir e o agir estão interligados”.

Elucida-se a responsabilidade da escola com a modalidade de ensino EJA ao mesmo tempo que apresenta o poder transformador e o resgate social que a escola exerce na vida do educando.

O perfil do aluno da EJA nos remete a uma responsabilidade social, pois eles por motivos alheio a sua vontade não tiveram a oportunidade de estudar no período regular de ensino, em razão de reiteradas injustiças sociais.

O indivíduo excluído do seio da sociedade recorre ao trabalho precoce como forma de sobrevivência digna dele e da família. As mulheres em situação de submissão cuidam dos afazeres domésticos, tomam conta dos filhos ou irmãos.

Os educandos inseridos na EJA diferenciam-se dos alunos na modalidade tradicional, posto que, sua vivência agregou valores e conhecimentos pessoais que não devem ser descartados no momento da escolarização. A escola necessita melhor direcionar suas ações afim de corrigir injustiças sociais e contribuir para uma sociedade mais igualitária que se forma à partir da educação.

No âmbito escolar o professor exerce importante influencia em relação ao aluno ele é quem vai conduzir o planejamento estratégico adotado pela instituição de ensino.

A respeito da figura do professor o teórico Ausebel, Robaina, Coimbra & Wickert, (2007) apresenta a seguinte abordagem:

Atitudes positivas com relação a uma determinada questão controvertida aumentam a aprendizagem e a retenção, tanto em bases cognitivas quanto motivacionais. No seio da escola, o professor é o principal responsável pelo arranjo de condições que motivem o aluno a aprender e transformar a própria aprendizagem em novas respostas suficientemente reforçadoras para motivar a aprendizagem (p.42).

O professor é o profissional responsável por conduzir o processo de escolarização do aluno, podendo de tal modo afirmar que este profissional possui grande responsabilidade, uma vez que a sua conduta em sala de aula poderá tanto motivar o aluno quanto desmotiv-lo a continuar na escola.

A autora Ana Ruth Starepravo 2009 expõe que “o professor deve provocar a construção do conhecimento, propondo bons problemas! Esses problemas devem gerar os conflitos cognitivos nos alunos, que os levarão a (re) elaborar o próprio pensamento” (p.43).

O papel do professor esta em instigar os alunos em suas descobertas, fazendo com eles tenham curiosidade em desenvolver as tarefas, bem como ouvir mais os seus alunos, para favorecer a construção adequada do conhecimento (Starepravo, 2009).

O professor é de suma importância para o processo de conscientização do jovem e adulto da importância do se empenhar no processo de ensino aprendizagem, este profissional deve indicar o aluno o caminho correto a ser seguido, demonstrando-lhe da importância da manutenção de suas raízes e compromisso social.

4.2 Organização estrutural

A escola está localizada no município de Prado, na Bahia, no Brasil, área litorania, conta com 3 salas de EJA (Alfa, 1º e 2ª Série, 3ª e 4ª Série), a escola é pública funciona em prédio próprio, possui sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como energia elétrica, o lixo é coletado pelo município.

Os alunos são distribuídas por turmas, os professores que fazem parte do quadro da escola são concursados.

Os recursos financeiros para manutenção da instituição de ensino são gerados pelo Município mediante PPA – Planejamento Pedagógico Plurianual.

O prédio da escola não está em boas condições, possui 08 (oito) salas de aula, funciona durante os turnos matutino, vespertino e noturno, não possui biblioteca. Tem uma cantina, onde é feita a merenda dos alunos que é servida diariamente.

É importante salientar que o espaço físico exerce importante papel para o processo de ensino aprendizagem, como também, corrobora para o desenvolvimento humano e as relações interpessoais e sociais.

Para, Didonet (2002) o espaço da escola não é apenas um território, que guarda alunos, livros, professores, mas é um lugar de aprendizagem, há uma docência neste espaço, ele caminha com a dinâmica social: gera ideias, sentimentos, busca o conhecimento, além de ser alegre, agradável e confortável.

Com o olhar voltado para a Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães a qual foi aplicada a pesquisa de campo observa-se que, é uma escola que tem um espaço físico calculado em 142.33 m² sendo que 779.90 é o total de área construída contendo as seguintes divisórias: varanda, 01 sala dos professores, 01 de informática, 01 secretária, 08 salas de aula, 02 banheiros, 01 cantina, 01 área de serviço, 01 almoçerifado, 01 banheiro para os professores, 01 depósito, 02 corredores.

Os espaços construídos são arejados e as salas de aula bastante amplas o ambiente é acolhedor mais ainda falta melhorar mais a parte da estrutura física como assentar cerâmica em todo o espaço, principalmente nas salas de aula, instalar ventiladores nas salas pois algumas estão com os equipamentos quebrados. Com relação a acessibilidade existe a rampa logo na chegada e banheiro adaptado para alunos cadeirantes. Inexiste espaço adequado para as crianças lancharem e também para brincar no momento do recreio ou intervalo.

Ao fotografar a escola para documentar foi possível perceber que a mesma não consta o nome escrito no muro ou na parede frontal da escola como forma de identificação como uma instituição escolar.

A escola é precária com relação ao material pedagógico, não possui biblioteca, a sala de informática conta com 06 computadores não funcionam e não tem um quantitativo para uso do fluxo de alunos que a escola apresenta.

Foi possível perceber que mesmo com algumas dificuldades e limitações as relações interpessoais são amigáveis, um clima agradável de convivência entre pais, alunos, professores, coordenação, pessoal de apoio e direção escolar.

Contudo, acreditamos que com a melhoria da infra- estrutura escolar quando bem utilizada pode-se melhorar a aprendizagem e também pensar em novas formas de se trabalhar conteúdos não somente em sala de aula, mas a organização do trabalho pedagógico variar-se para as outras áreas que contemplam o espaço escolar.

4.3 O perfil atual dos professores que atuam na Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães

Os professores que atuam na Escola Luís Eduardo Magalhães são escolhidos mediante concurso público ou contrato de trabalho temporário. Após os professores são incentivados mediante plano de carreira a se qualificarem para melhor atuação em sala de aula.

Na escola observada todos os professores possuem acesso livre às dependências podendo aproveitar todo o espaço inclusive se for o caso programar aulas fora das dependências exclusivas da sala de aula.

Durante as observações foi possível notar que as educadoras da instituição de ensino são comprometidas com o processo ensino aprendizagem, mesmo com todas as limitações abordam suas aulas de modo eficiente.

No que se refere à EJA foi possível constatar que as professoras não se sentem motivadas, falta apoio do município e da sociedade para que o processo ensino aprendizagem seja pleno.

Os desafios são constantes, o sentimento que se tem em relação à EJA é de desânimo como se a batalha estivesse perdida, embora haja um forte inconformismo, posto que, na Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães transfere somente ao professor a responsabilidade da eficácia da EJA, quando na realidade deveria haver um envolvimento conjunto da escola, sociedade e família.

4.4 Teoria e prática andam juntos?

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é uma importante conquista por propiciar ao educando que não cursou o ensino no período regular retomar os estudos. O aprendizado favorece melhoria na qualidade de vida do aluno seja no âmbito profissional ou pessoal, por propiciar melhor interatividade com o meio social em que está inserido.

Embora a EJA tenha amparo legal previsto na Lei de Diretrizes e Bases da educação, sendo inclusive reconhecida como política pública há contradição entre a teoria e a prática.

Nas observações executadas na Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães foi possível constatar que os profissionais que fazem parte do quadro daquela instituição de ensino possui a consciência do significado legal da EJA, todavia, no cotidiano o que se percebe das práticas de ensino é que os profissionais envolvidos não acreditam e não contribuem efetivamente para a eficácia do EJA, pelo contrário transmite a ideia de que em breve essa modalidade de ensino será extinta.

Constata-se que a negativa em relação ao EJA é constante, todavia não se pode transferir somente aos profissionais da instituição de ensino pesquisada a responsabilidade da falta de eficácia do EJA, posto que, os desafios são constantes, o Estado e sociedade transfere a total responsabilidade para os educadores e coordenação escolar, sendo que é necessário deve haver um trabalho conjunto.

O ensino do EJA, está sendo ofertado conforme determina o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira, todavia, o Estado não está propiciando mecanismos de incentivos a manutenção do alunos na escola, não se atentando para a integralidade do texto de lei exposto.

Os alunos que fazem parte da educação de jovens e adultos já contam com histórico de jornada árdua de trabalho, além de diversas outras adversidades que dificultam o acesso à sala de aula, caso o ambiente não seja propício acarretará evasão escolar o que é um retrocesso, posto que, a EJA é uma importante conquista para o Estado Democrático de Direito, o povo educado exerce melhor o seu trabalho e a sua cidadania.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Identificação do problema da pesquisa

Como a relação entre horário de trabalho e desempenho escolar afeta o rendimento escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães?

5.2 Objetivos do trabalho

5.2.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma o trabalho influencia a vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Deputado Luiz Eduardo Magalhães em Prado Bahia.

5.2.2 Objetivos Específicos

- 1- Descrever as características do Ensino da EJA e sua inserção no Projeto Político Pedagógico.
- 2- Identificar nos livros didáticos conteúdos que retratam a realidade, interesse e necessidade dos estudantes trabalhadores da EJA.
- 3- Identificar as estratégias metodológicas que se relacionam com a vida laboral, e que são empregados pelos professores da EJA.
- 4- Verificar se a estrutura organizativa e os recursos didáticos que se empregam no ensino da EJA; se relacionam com a vida laboral dos estudantes.

5.3 O desenho metodológico

Não experimental, descritivo com enfoque mixto corte transversal.

É não experimental, “Em um estudo não experimental, não criamos nenhuma situação, observamos situações já existentes, não provocadas intencionalmente na pesquisa por nós que a realizamos”.(Sampieri, Fernández & Batista 2013, p. 168).

É de corte transversal, pois de acordo (Sampieri. , 2013, p.170)

“Coletam dados em um só momento, em um tempo único. Seu propósito é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em um momento determinado”.

É descritivo, por que Segundo González, Fernández y Camargo C.(2014, p. 67): “A análise inclui uma descrição do objetivo do estudo, a localização e as pessoas comprometidas (...). E a interpretação dos resultados , finalmente , permitem avaliar os resultados como positivo , negativos ou ambos e das partes interessadas influem nos resultados do estudo”.

Para Hernández Sampieri e Mendoza (2008, p. 550): “ Os métodos de pesquisa mista são a integração sistemática dos métodos quantitativo e qualitativo em um só estudo, cuja a finalidade é obter uma “fotografia” mais completa do fenômeno . Eles podem ser unidos de tal forma que a abordagem quantitativa e a qualitativa conservem suas estruturas e procedimentos originais (“forma pura dos métodos mistos”)

5.4 Unidade de análise

Esta pesquisa foi realizada em uma só Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, , situado no município de Prado, na Bahia no Brasil, que está localizada na Avenida Wilson Alves de Souza, s/n, Bairro São Bras, CEP: 45.836-000, Prado, Bahia, Brasil.

5.5 Participantes

A população participante foram de 02 professoras.

A população participante foi de 01 coordenadora, e 32 alunos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Prado\BA.

5.6 Instrumentos para a coleta dos dados

- Instrumento de coleta de dados é o questionário estruturado para alunos
- Questionário semi estruturada para professores
- Entrevista semi-estruturada aplicado ao coordenador(a)

- Análise de documentos escolares (livros didáticos)

5.7 Validação

A análise para validação foi feita por 2 professores doutores em educação, sendo dois espanhóis. Os professores avaliaram a seriedade dos objetivos das questões observando se era pertinente ou não os itens na construção dos instrumentos da pesquisa em questão, na qual o avaliador poderia relacionar o item do questionamento a uma das opções de concordância ou não, assinando com um x com liberdade para fazer comentários e modificar o que achasse.

5.8 Caracterização da instituição: Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães.

A Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, que está localizada na Avenida Wilson Alves de Souza, s/n, Bairro São Bras, CEP: 45.836-000, Prado, Bahia, Brasil.

Tabela 1 - Dados da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães

DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	
Diretora		01	
Coordenadora		02	
SECRETÁRIOS			
Matutino		02	
Vespertino		01	
Noturno		02	
Vigia Escolar		02	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Merendeiras		03	
Zeladoria		06	
PROFESSORES		Turno	Série
06		Mat.	2º Ano ao 5º ano
			Quant. Aluno
			173

06	Vesp.	2º ao 5º ano	168
EJA			
01	Not.	EJA Alfa.	12
01	Not.	EJA 1ª e 2ª	17
	Not.	EJA 3ª e 4ª	30
Professores de Educação Física (Trabalham em todas as turmas)	02		
Psicopedagoga	01 (Atende uma vez na semana – escola)		
Psicóloga	01 (Atendimento uma vez no mês)		
Total Geral de Alunos	420		
Total Geral de Funcionários	32		
<p>A escola também participa do Programa Mais Educação com aulas de reforço com a participação dos alunos em turno oposto ao de estudo. Quantidade de alunos que participam do Mais Educação : 160 alunos.</p>			

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Análise das respostas dos professores, profissionais que fazem parte da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães

a) Análise das Respostas dos Professores ao questionário.

Quanto ao gênero e formação:

Em observação aos dados de identificação dos professores da Educação de Jovens e Adultos quanto ao gênero (tabela1), verifica-se que predomina o gênero feminino, os dois profissionais que atuam no estabelecimento de ensino são gênero feminino.

Quanto a formação dos professores, constatou-se que 1 é pedagoga e pós graduada em educação de jovens e adultos e em educação especial e a outra pedagoga.

O professor do EJA é fundamental para a garantia dessa política pública, suas ações são instrumentos de inclusão social por propiciar ao aluno ter acesso e sucesso no processo de escolarização, para tanto necessita de qualificação específica que possibilita adequar as metodologias aplicadas em sala de aula a realidade social dos alunos.

Questão 1: Quais as dificuldades encontradas na EJA que interfere no desenvolvimeto de seu trabalho?

Justificando respostas dos professores:

Professor 01 “ Alunos cansados do trabalho”.

Professor 02 “Cansaço do trabalho”.

Os professores entrevistados foram unânimes em responder que é a evasão escolar ocorre em virtude dos alunos sairem cansados do trabalho.

O cansaço físico oriundo do labor diário dos estudantes da escola pesquisada é uma das fortes ameaças a evasão escolar, pois, os alunos desempenham atividades que exigem demasiado esforço físico o que dificulta ao aluno assimilar o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Questão 2: Quais fatores externos interferem na aprendizagem dos alunos da EJA?

Professor 01 “Falta de auto estima, falta de interesse dos alunos, problemas familiares, dificuldade de se conciliar o trabalho com a escola”.

Professor 02 “drogas, visão, desemprego, falta de segurança, saúde, mas deram ênfase a dificuldade de se conciliar o trabalho com a escola”.

Nesse quesito os professores elencaram diversos fatores tais como a falta de auto estima, falta de interesse dos alunos, problemas familiares, drogas, visão, desemprego, falta de segurança, saúde, mas deram ênfase a dificuldade de se conciliar o trabalho com a escola.

Vê-se que diversos são os fatores apontados pelos educadores como causas que interferência no ensino aprendizagem da EJA, dentre elas a que mais se destaca é o trabalho.

É evidente que os alunos que fazem parte da EJA possui dificuldade para conciliar a jornada de trabalho com o cotidiano escolar.

Questão 3: - A escola possui livro didático da EJA? Em caso afirmativo, como chega até a escola? Quais os critérios que são utilizados para sua escolha?

Professor 01 “Sim”.

Professor 02 “Sim”.

Todas as respostas foram sim, de acordo com as entrevistadas trabalha-se com a Coleção EJA Moderna da Editora Moderna que chega por intermédio da Secretaria Municipal de Educação. Quanto aos critérios que são utilizados para escolha as entrevistadas divergiram entre si, uma disse que a escolha era através dos professores que fazem a indicação devendo se atentar para que seja um livro diferenciado, com conteúdos baseados na realidade do aluno, enquanto a outra afirmou que os livros são escolhidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Elucidou-se a divergência entre as educadoras, os professores entrevistados divergiram em suas informações, verifica-se falha na prestação do serviço.

Questão 4: Além do livro didático, quais outros recursos são utilizados pelo(a) professor(a) na sala de aula?

Professor 01 “Vídeos, palestras, músicas, cartazes”.

Professor 02 “Músicas, vídeos, palestras, poemas, cartazes”.

As entrevistadas concordaram que utilizam-se de vídeos, palestras, músicas, poemas, cartazes que possibilitam tornar as aulas mais atrativas.

A metodologia utilizada em sala de aula deve ser diversificada com foco em atender o processo ensino aprendizagem as reais necessidade do aluno para melhoria do

Questão 5: Como são trabalhados os conteúdos?

Professor 01 “Em observação a necessidade do aluno”.

Professor 02 “Atividades lúdicas direcionadas ao nível dos aluno”.

Neste quesito ficou claro que ambas entrevistadas buscam adequar os conteúdos trabalhados em sala de aula com o nível do aluno, utilizam-se de atividades lúdicas para favorecer a concentração e participação o que é um fator importante, pois as atividades lúdicas são necessárias para favorecer que o processo ensino aprendizagem ocorra de maneira prazerosa.

Questão 6: “O livro da EJA contempla conteúdos voltados para a questão do trabalho? “.

Professor 01 “Sim”

Professor 02 “Sim”

Os entretevidados concordaram que sim, que os conteúdos abordados possui relação com o trabalho direcionam as necessidades do dia a dia dos educandos.

Essa afirmava é de suma importância, pois, a EJA tem como propósito além de diminuir o índice de analfabetos no Brasil propiciar ao jovem e adulto que não tiveram acesso a escola no período regular de melhorá seu desempenho pessoal e melhor competitividade no mercado de trabalho.

6.2 Análise das respostas do coordenador(a), da Escola Municipal Eeputado Luis Eduardo Magalhães

a) Análise das Respostas do(a) coordenador(a) ao questionário.

Quanto ao gênero, idade e formação:

O cordenador(a) da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães é do gênero feminino, está na faixa etária de idade entre 35 a 45 anos, sua formação é em licenciatura em pedagogia com especialização em sociologia, atua ha aproximadamente um ano e meio na escola.

Justificado as respostas do coordenador(a)

Questão 1: Quais as dificuldades encontradas na EJA que interfere no desenvolvimento de seu trabalho?

Coordenador (a) “Uma das principais dificuldades é a falta de referências e apoio à EJA no município, sendo isso a fonte da falta de recursos materiais e diretrizes para o segmento EJA”.

Constata-se que no município do Prado na Bahia a EJA enfrenta adversidades para a sua eficácia, embora seja reconhecida por lei a necessidade de se ofertar e manter o ensino de qualidade da EJA, no cotidiano não se vislumbram ações voltadas ao favorecimento da eficácia dessa modalidade de ensino.

Questão 2: Quais fatores externos interferem na aprendizagem dos alunos da EJA?

Coordenador (a) “Como o município tem suas principais fontes de emprego baseados no turismo, na baixa temporada o desemprego é grande e faz com que os educandos evadam para outras cidades em busca de melhores condições de vida” .

A entrevistada apresentou ponto de grande relevância para a pesquisa, uma vez que, o município pesquisado fica localizado no litoral, tem como principal fonte de emprego o turismo, os alunos dependem da renda da alta temporada para sua manutenção e a da sua família, logo, quando é necessário se fazer uma opção entre a escola e o trabalho, a opção é pelo trabalho necessário para manutenção deles e da família.

Questão 3: O currículo da EJA, atende aos interesses dos estudantes trabalhadores?

Coordenador (a) “Na teoria sim, no entanto, há ainda muito a ser melhorado e praticado para que de fato o currículo atenda às realidades educacionais dos alunos trabalhadores”.

Constata-se o inconformismo do coordenador (a) com relação a forma como o currículo estabelece para o funcionamento da EJA e a efetividade na prática.

A partir da fala da entrevista foi perceptível que o EJA não está sendo aplicado da forma como deveria ser, há necessidade de real de se rever os principais objetivos da EJA.

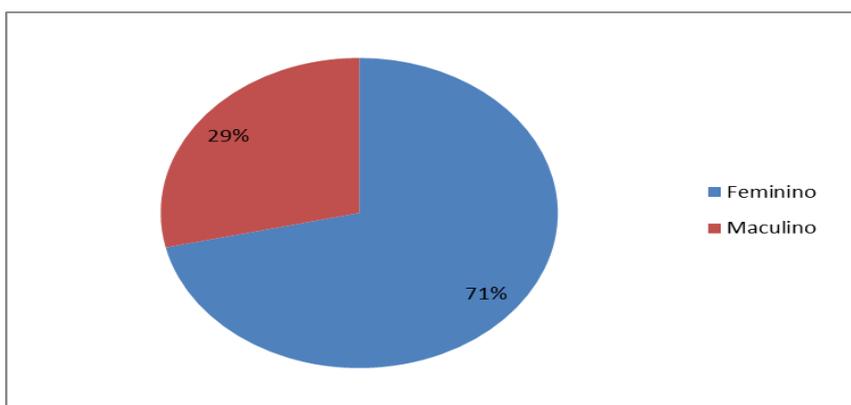
Questão 4- A condição sócio – econômico dos estudantes influencia no seu ingresso no mundo do trabalho?

Coordenador (a) “Sim. Muitos educandos iniciam sua jornada no mundo do trabalho ainda crianças e por conta disso, só retornarm aos estudos na fase adulta, tendo de retornar todo o processo de alfabetização com uma dificuldade ainda maior.

O perfil sócio – econômicos dos alunos da escola pesquisada são de baixa renda, logo, ocorre a necessidade de trabalhar para subsistência própria e da família, embora sabe-se que o processo de escolarização é fator primordial para melhor colocação no mercado de trabalho, a falta de alternativas corrobora para que o aluno se submeta ao trabalho com salário ínfimos sem perspectiva de crescimento até mesmo em decorrência do despreparo da mão de obra.

6.3. Análise das respostas dos alunos que fazem parte da educação de jovens e adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães

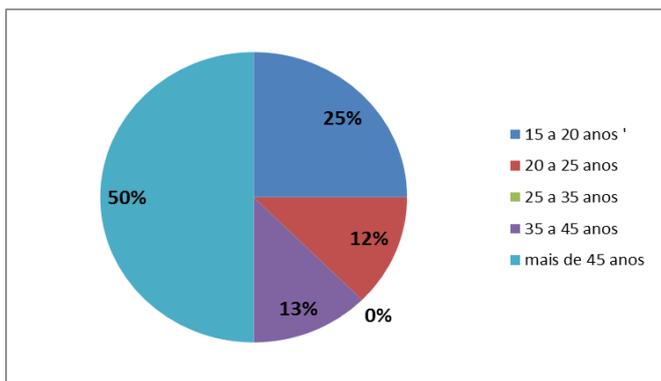
Gráfico 1- quanto ao gênero



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Constata-se que o gênero feminino representa maioria dos alunos com percentual de 71% e o masculino 29%, o que possibilita afirmar que as mulheres criam menos resistência no retorno aos estudos.

Gráfico 2- Faixa etária de idade estágio II

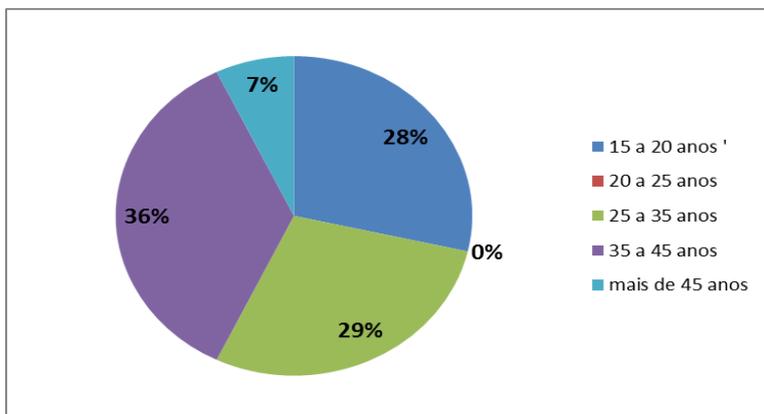


Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Os dados expostos no gráfico demonstram que os alunos pesquisados do estágio II 50% contam com mais de 45 anos, 25% 15 a 20 anos, 12% 20 a 25 anos 13% contam com 35 a 45 anos.

Elucida-se que a maioria dos alunos do EJA da faixa etária II contam com mais de 45 anos de idade, o que a busca por melhor qualificação para intervenção em sociedade.

Gráfico 3 – Faixa etária de idade do estágio III

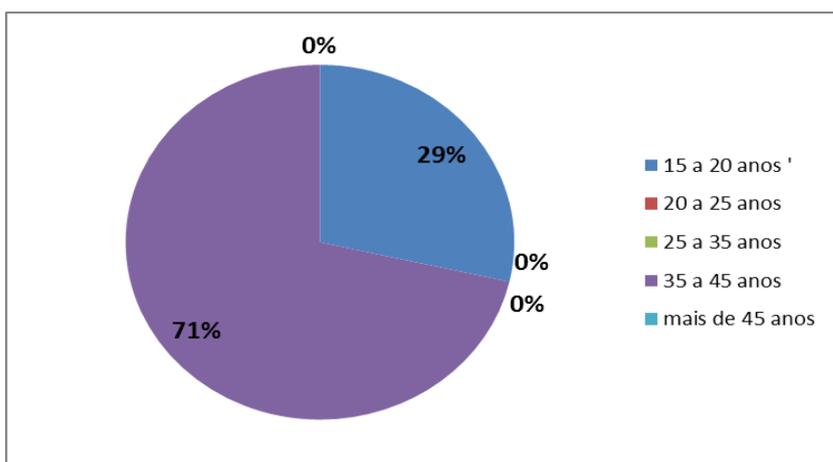


Fonte: Pesquisa de campo- elaboração própria-2016 - Prado- BA- Brasil

No EJA faixa etária III 36% contam com 35 a 45 anos de idade, 29% com idade entre 25 a 35 anos, 28% faixa etária de 15 a 20 anos 7% com mais de quarenta e cinco anos.

Este dado apresenta importante indagação isso porque no gráfico anterior os alunos com mais de quarenta e cinco anos de idade eram maioria, enquanto que nesse gráfico conta apenas com um percentual de 7% o número de diferença é extensa.

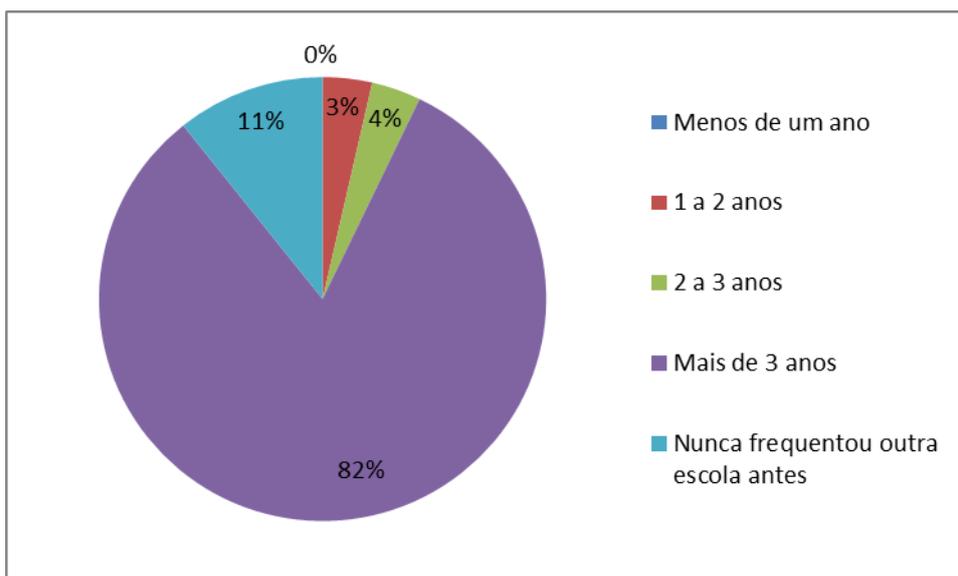
Gráfico 4- faixa etária de idade estágio I



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Neste gráfico 71% dos alunos contam com faixa etária entre 35 a 45 anos, 29% 15 a 20 anos de idade.

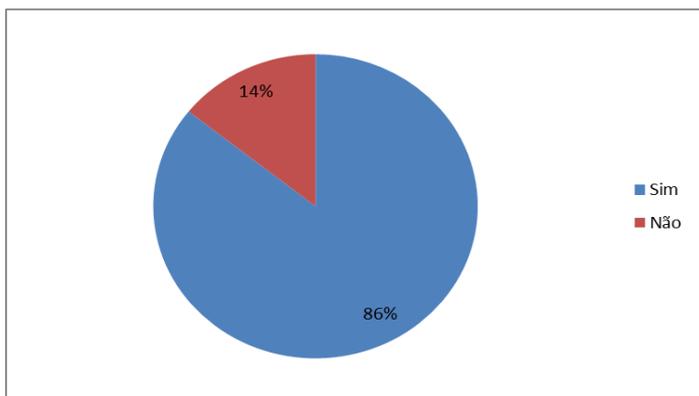
Gráfico 5 – Tempo em que ficou fora do ambiente escolar



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Na resposta expressas no gráfico fica perceptível que prevaleceu com 82% o número de alunos que nunca frequentaram instituições de ensino anteriormente, ou seja, esses sujeitos não tinham a oportunidade de adquirir conhecimento ligados ao processo de escolarização no período regular.

Gráfico 6 - Frequencia escolar



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

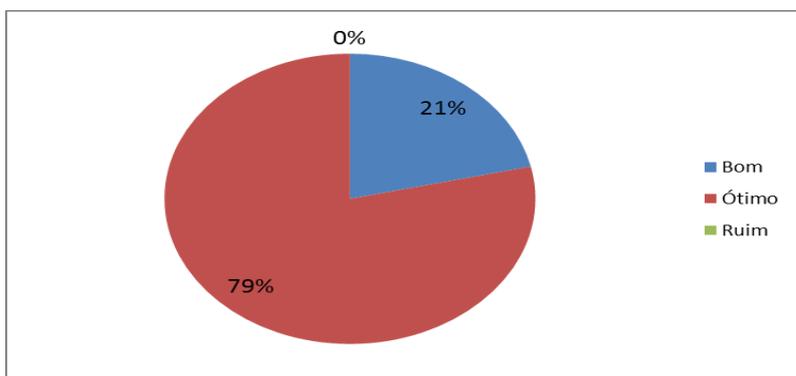
No gráfico destacado constata-se que 86% afirmaram de frequentam regularmente a escola e 14% não, os que manifestaram negativas, quando indagados o motivo da ausências eles afirmaram ser decorrente do cansaço físico e problemas de saúde.

1 Qual o motivo por ter ficado sem estudar

Nesse quesito os alunos quando indagados a respeito dos motivos de terem ficado sem estudar a maioria justificou ser o trabalho, família e falta de oportunidade.

O resultado permite afirmar que os principais motivos elencados pelos alunos como causadores do abandono escolar do período regularar relacionam-se entre si, o trabalho pela necessidade de sobrevivência e sustento da família, o que consequentemente impede ao estudante se qualificar afim de conquistar melhores oportunidades.

Gráfico 7 - Percepção do aluno em relação ao professor



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

É nítido que a percepção do aluno em relação ao processo é positivo, um número expressivo 79% consideraram a atuação do professor como ótimo, 21% como bom, e nenhum aluno avaliou o professor como ruim.

É importante salientar que o professor exerce importante papel para a qualidade do ensino aprendizagem, bem como favorecer a manutenção do aluno em sala de aula, isso porque ele tem contato direto com o aluno é melhor conhecedor das limitações dos alunos e das suas reais necessidades no que tange ao processo de educação. Segundo (Jatobá, 1999):

[...] o professor deve ter sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social e como tal pode, pela educação, combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais. Cabe ao professor construir relações de confiança para que o aluno possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser social. (p. 95)

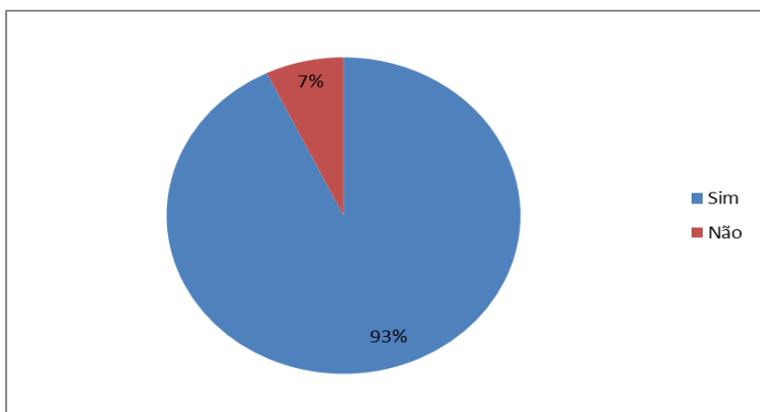
É possível afirmar que o professor é imprescindível para o processo de educação, pois, ele vai conduzir o processo ensino aprendizagem o que é a chave para o sucesso.

A esse respeito comenta Paulo Freire, (1991):

Paulo Freire Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (p. 126)

Elucida-se o poder transformado da educação e como os educadores podem agir de modo positivo, mesmo diante das adversidades o que refletirá na sociedade.

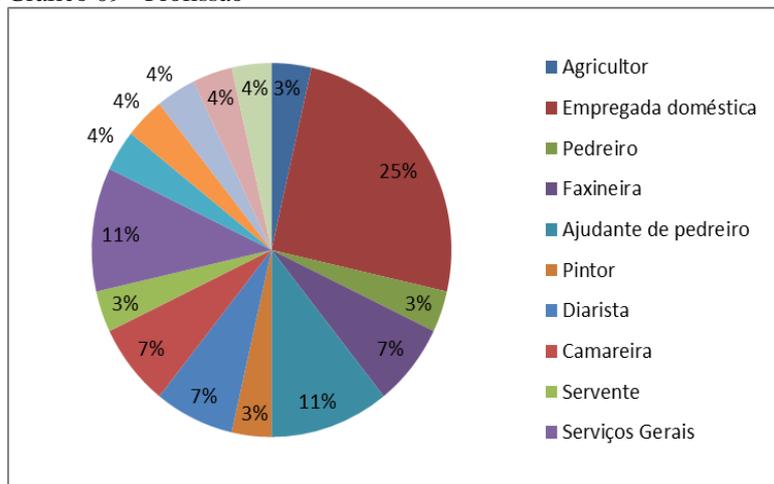
Questão 8 - É um aluno trabalhador?



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Nesse quesito consta-se que apenas 7% dos alunos disseram que não trabalham, salienta-se que os que responderam negativamente justificaram que é porque está desempregado.

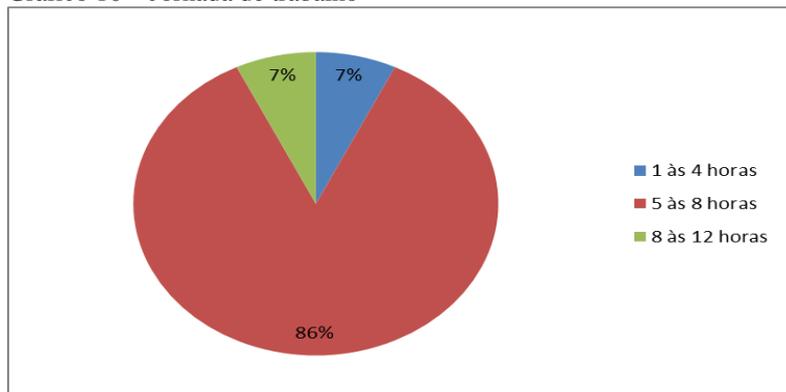
Gráfico 09 - Profissão



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Conforme amplamente demonstrado no gráfico a profissão desenvolvida pelos alunos da EJA estão diretamente ligados ao trabalho braçal, são atividades que exigem amplo esforço físico, o que possibilita afirmar que o aluno deve se sentir motivado com a escola para que o cansaço não seja um impedimento que provoque sua evasão escolar.

Gráfico 10 – Jornada de trabalho



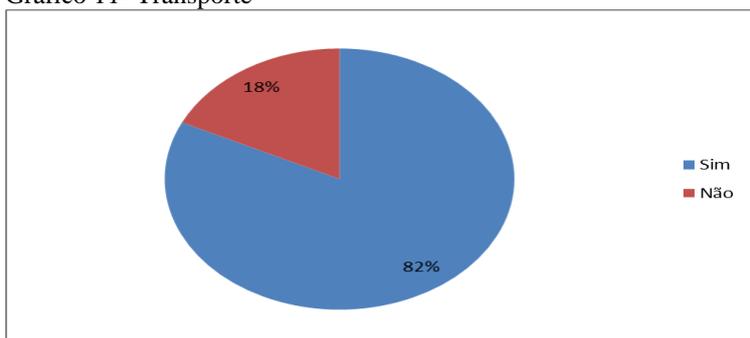
Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Os dados expostos no gráfico evidenciam que os alunos da escola pesquisada trabalham em período integral, tendo aqueles inclusive que ultrapassam a jornada máxima permitida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Posto que, os artigos 58 e 59 da CLT determinam que a jornada de trabalho não excederá a 8(oito) horas diárias, em caso de horas suplementares não poderá ultrapassar as 2(duas) horas.

Diante do exposto, constata-se a difícil relação entre o trabalho desenvolvido pelo alunos e a Escola Deputado Luís Eduardo Magalhães e a escola, visto que, a norma que rege as leis trabalhistas reconhecem que o funcionário não tem condições físicas e psíquicas de ultrapassar o limite de horas trabalhadas permitidas.

Gráfico 11- Transporte



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

No gráfico apresentado elucida-se que 82% dos alunos necessitam de transporte para se deslocarem de suas casas até a escola, o que configura um número expressivo.

O referido transporte é indispensável, visto que os alunos moram em locais distantes na zona rural, as faltas dos alunos na maioria dos casos são justificadas por ausência de transporte público, o que contradiz o artigo 8º da resolução n.º 2 de 28 de abril de 2008, que assevera que o transporte público deverá ser oferecido e com segurança.

Justificando as respostas dos alunos:

Questão 5 - O que motivou retornar para a escola?

Entrevistado (a) 1 “Aprender ler e escrever”.

Entrevistado (a) 2 “O meu desejo de ler minhas correspondências”.

Entrevistado (a) “O apoio de minha família”.

Entrevistado (a) 4 “Aprender a ler para ter um trabalho melhor”.

Entrevistado (a) 5 “Não depender dos outros para ler minhas correpondências”.

Entrevistado (a) 6 “Realizar meu sonho de ler e escrever”.

Entrevistado (a) 7 “Ler a Bíblia”.

Entrevistado (a) 8 “Entender a linguagem escrita”.

- Entrevistado(a) 9 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 11 “Escrever cartas”.
- Entrevistado (a) 11 “Saber ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 12 “Apoio da minha família”.
- Entrevistado (a) 13 “Meus netos”.
- Entrevistado(a) 14 “Ler e escrever ajudar meus netos nas atividades”.
- Entrevistado(a) 15 “Compreender o mundo em que vive, quem não ler é cego”.
- Entrevistado (a) 16 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 17 “Ficar independente”.
- Entrevistado(a) 18 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 19 “Conseguir um trabalho melhor”.
- Entrevistado (a) 20 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado(a) 21 “Deixar de ser cego”.
- Entrevistado(a) 22 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado(a) 23 “Chegar até o nível superior”.
- Entrevistado (a) 24 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 25 “Ficar independente”.
- Entrevistado (a) 26 “Saber ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 27 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 28 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 29 “Aprender ler e escrever”.
- Entrevistado (a) 30 “Me qualificar para o mercado de trabalho”.
- Entrevistado (a) 32 “Não depender de ninguém para ler para mim”.

Os alunos ao reponderem esse quesito, afirmaram que a decisão de retorno a escola foram próprias decorrente da necessidade principalmente de aprender a ler e escrever de forma satisfatória afirmam ainda que tiveram o apoio da família na retomada aos estudos.

Questão 6: Os conteúdos que você aprende na escola, aplica no seu trabalho?
Em que sentido?

- Entrevistado (a) 1 “Sim, no meu trabalho”.
- Entrevistado (a) 2 “Sim lendo minhas próprias correspondências”.
- Entrevistado (a) 3 “Sim, no meu trabalho”.
- Entrevistado (a) 4 “Sim, organizando as contas”.

Entrevistado (a) 5 “Sim, lendo corretamente os rótulos das ferramentas de trabalho”.

Entrevistado (a) 6 “Sim, lendo os documentos”.

Entrevistado (a) 7 “Sim, a todo o momento”.

Entrevistado (a) 8 “Sim, consigo entender o que está a minha volta”.

Entrevistado(a) 9 “Sim, lendo as correspondências”.

Entrevistado (a) 11 “Sim, ao fazer relação dos produtos”.

Entrevistado (a) 11 “Sim, ao assinar documentos que vão para a contabilidade”.

Entrevistado (a) 12 “Sim, ao identificar avisos”.

Entrevistado (a) 13 “Sim, porque para desenvolver um cargo melhor precisa de leitura”.

Entrevistado(a) 14 “Sim, ao correspondências”.

Entrevistado(a) 15 “Sim, para o meu trabalho precisa ler”.

Entrevistado (a) 16 “Sim, ao ler paginas sociais”.

Entrevistado (a) 17 “Sim, antes eu reconhecia os produtos pelos rótulo agora leio e escolho melhor”.

Entrevistado(a) 18 “Sim, ao ler paginas sociais”.

Entrevistado (a) 19 “Sim, passei a ler jornais e reportagens me sinto mais informado ”.

Entrevistado (a) 20 “Sim, ao ler paginas sociais”.

Entrevistado(a) 21 “Sim, ao ler paginas sociais”.

Entrevistado(a) 22 “Sim, no meu trabalho eu precisa saber ler para fazer os mandados”.

Entrevistado(a) 23 “Sim, lendo as correspondências”.

Entrevistado (a) 24 “Sim, lendo as correspondências”.

Entrevistado (a) 25 “Sim, lendo as correspondências”.

Entrevistado (a) 26 “Sim, não me sinto mais cego, o que me pedem para fazer não encontro mais dificuldade”.

Entrevistado (a) 27 “Sim, comecei a entender melhor tudo ao meu redor”.

Entrevistado (a) 28 “Sim, lendo as correspondências”.

Entrevistado (a) 29 “Sim, desde ir ao trabalho lendo as placas dos ônibus até a chegada”.

Entrevistado (a) 30 “Sim, em todos os momentos”.

Entrevistado (a) 32 “Sim, lendo as correspondências”.

Os alunos foram unânimes ao afirmar que sim que os conteúdos escolares se aplicam no trabalho de diferentes maneiras, especialmente nas atividades do dia a dia que embora pareçam ser simples saber ler uma correspondência representa grande conquista pessoal.

Questão 8- O que você pretende fazer quando concluir os seus estudos.

Entrevistado (a) 1 “Eu quero concluir o curso para realização pessoal”.

Entrevistado (a) 2 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 3 “Crescer profissionalmente”.

Entrevistado (a) 4 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 5 “Meu sonho era aprender ler e escrever e com esse curso to consegui”.

Entrevistado (a) 6 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 7 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 8 “Continuar os estudos”.

Entrevistado(a) 9 “Fazer uma faculdade”.

Entrevistado (a) 11 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 11 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 12 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 13 “Realização pessoal”.

Entrevistado(a) 14 “Realização pessoal”.

Entrevistado(a) 15 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 16 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 17 “Arrumar um emprego melhor”.

Entrevistado(a) 18 “Conseguir um emprego melhor”.

Entrevistado (a) 19 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 20 “Realização pessoal”.

Entrevistado(a) 21 “Continuar meus estudos”.

Entrevistado(a) 22 “Realização pessoal”.

Entrevistado(a) 23 “Fazer uma faculdade”.

Entrevistado (a) 24 “Fazer um faculdade, para ter um emprego melhor”.

Entrevistado (a) 25 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 26 “Saber ler e escrever”.

Entrevistado (a) 27 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 28 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 29 “Realização pessoal”.

Entrevistado (a) 30 “Consegui outro emprego”.

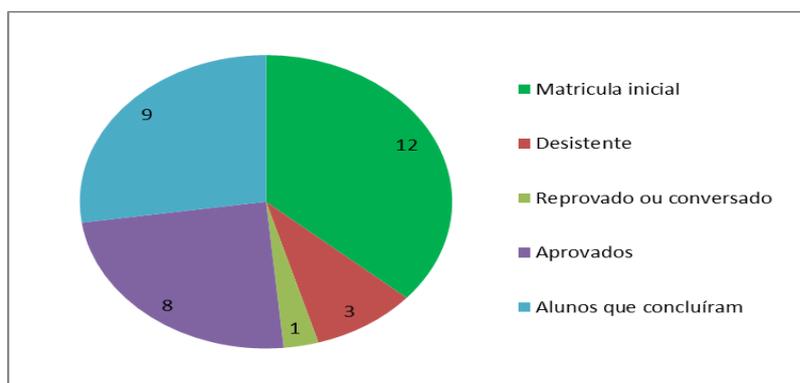
Entrevistado (a) 32 “Realização pessoal”.

Nesse quesito ficou perceptivo na fala dos alunos que o intuito principal deles é uma realização pessoal a minoria pretende continuar os estudos a minoria afirma o desejo resumido de saber ler e escrever para melhor conviver em sociedade e não depender de outras pessoas para realizar atividades que dependam da leitura, aliado a realização pessoal também destaca a busca por melhor emprego que configura também no desejo do educando de se sentir melhor realizado.

Fazendo uma discussão da respostas dos respondentes conclui-se que os alunos que fazem parte da Educação de Jovens e adultos vê nessa modalidade de estudo a oportunidade para adquirir autonomia pessoal de não depender de terceiros para realizar tarefas cotidianas como ler uma correspondência, acessar a internet, enfim, conhecer o mundo que os cercam.

Entretanto, vivenciam constantemente a busca em conciliar o trabalho e a escola, pois, conforme exposto no gráfico 10, as atividades exercidas pelos alunos requer grande esforço físico, o que permite afirmar que o cansaço é uma ameaça para a efetividade do EJA.

Gráfico 12 – Permanência dos alunos da Turma da Alfabetização – EJA – 2016

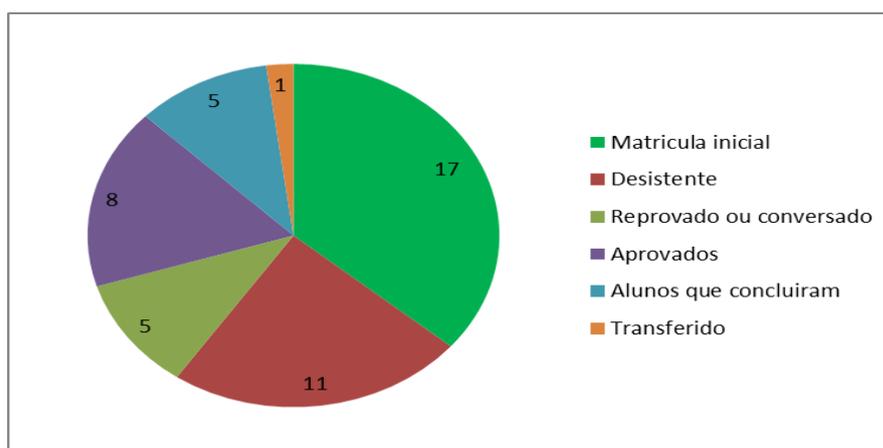


Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

No gráfico 12, constata-se que os alunos da EJA – turma de alfabetização, teve como matrícula inicial 12 alunos, desses 3 foram desistentes, 1 conservado, 9 concluíram o curso e 8 foram aprovados.

Nessa série é possível constatar que o índice de aprovação foi satisfatório, visto que, 9 alunos mesmo que não sendo aprovados persistiram até o final, desses 9 (nove), 8 (oito) conseguiram ser aprovados para esta série.

Gráfico 13 - Permanência dos alunos da 1ª e 2ª SÉRIE – 2016



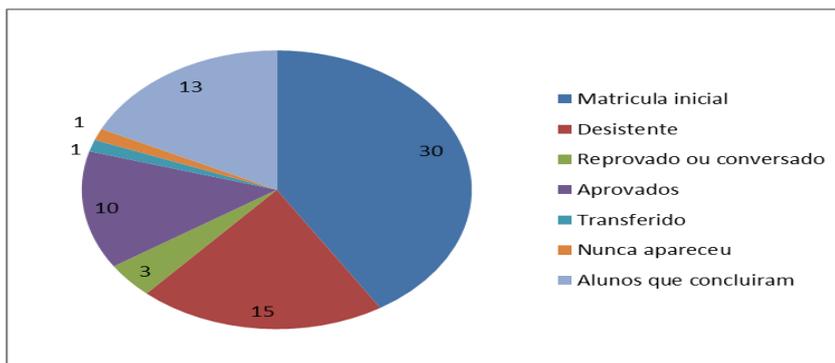
Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Na turma 1ª e 2ª Série – 2016, o resultado não foi satisfatório quanto o da turma de alfabetização, posto que, a matrícula inicial contou com 17 anos, e somente 8 ao final foram aprovados, ou seja, menos de 50% tiveram êxito nessa série.

Teve um número expressivo de reprovado 5, 11 desistiram, 1 transferido. Outro aspecto importante de se ressaltar é que embora oito tenham sido aprovado, apenas 5 permaneceram até o final do curso.

Diante dos dados destacados prevalece uma icognita do porque na série anterior foram plausíveis os resultados e já nesta série no mesmo ano e mesma modalidade de ensino o resultado não foi satisfatório?

Gráfico 14 - Permanência dos alunos da 3ª e 4ª SÉRIE – 2016



Fonte: Pesquisa de campo - elaboração própria - 2016 - Prado- BA- Brasil

Em relação aos alunos 3^a e 4^a série a matricula inicial foram 30, 15 desistiram, 3 conservado, aprovados 10, 1 transferido, 1 nunca compareceu, 13(treze) permaneceram até o final.

O resultado desse série também não foi satisfatório, uma vez que a metade da turma desistiu no decorrer do ano letivo, apenas 10 conseguiram ser aprovados, entretanto, embora o resultado não tenha sido satisfatório observou-se um ponto positivo em relação a série exposta no gráfico anterior, 13 (treze) permaneceram até o final, ou seja, foram aprovados somente 10(dez), mas mesmo assim, eles e os outros 3(três) não desistiram continuaram até a conclusão do curso, já no anterior os aprovados não permaneceram até o final.

7. CONCLUSÕES

A escolarização de jovens e adultos promovem a dignidade da pessoa humana, princípio consagrado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

A partir da pesquisa foi possível constatar que o trabalho atingiu o objetivo geral pretendido que analisar de que forma o trabalho influencia a vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Deputado Luiz Eduardo Magalhães em Prado Bahia.

Posto que, foi possível compreender que durante o processo ensino aprendizagem a escola desenvolve importante papel na promoção da escolarização de jovens e adultos o que reflete na qualificação profissional consequentemente favorece melhor colocação no mercado de trabalho.

Em relação ao Objetivo Específico N° 1: Descrever as características do Ensino da EJA e sua inserção no Projeto Político Pedagógico, restou claro que no desenvolvimento dessa modalidade de ensino deve-se observar todo o contexto social ao qual os alunos fazem parte e adequar as práticas pedagógicas.

A EJA é uma política pública que promove melhoria na qualidade de vida do educando, seja pela qualificação profissional ou realização pessoal, com a educação o aluno passa a ter melhor percepção do mundo que o cerca, todavia, os desafios para sua efetivação são constantes.

O artigo 208 da Constituição Federal Brasileira de 1988 assevera que compete ao Estado promover e propiciar subsídios para a manutenção do aluno na escola, entretanto, o que se constata na vivência escola é que ao aluno é assegurado ao ensino, mas não se vislumbra mecanismos voltados a se propiciar subsídios para a manutenção do aluno na escola.

Na escola pesquisada restou claro a incoerência entre os objetivos da LDB e o que é aplicado em sala de aula.

As políticas públicas tem o condão de atender aos preceitos constitucionais, vê-se a necessidade de se buscar mecanismos para se proceder a efetividade da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães, o que tende a contribuir para se minimizar o número de analfabetos no município.

O Objetivo Específico N° 2: Identificar nos livros didáticos conteúdos que retratam a realidade, interesse e necessidade dos estudantes trabalhadores da EJA; identificou-se que na instituição de ensino analisada não possui livros didáticos específicos da EJA, embora eles sejam necessários não são adotados.

Os professores afirmam que a escola oferece livros próprios da Educação de Jovens e Adultos – EJA, que se utilizam de metodologias e recursos diversificados para atrair a atenção dos alunos.

O Objetivo Específico N° 3: Identificar as estratégias metodológicas que se relacionam com a vida laboral, e que são empregados pelos professores da EJA; constatou-se que metodologias desenvolvidas em sala de aula não atendem as reais necessidades dos alunos, não instigá-los em suas descobertas, pelo contrario são aulas cansativas tendenciosas a desmotivação.

Durante as observações elucidou-se que tais afirmativas não condizem com a realidade suportada pelos alunos, embora o empenho seja constante por parte dos estudantes em frequentar a escola, esta não oferece métodos eficazes de evolução do processo ensino aprendizagem.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa indicaram que há conhecimento técnico por parte dos educadores (es) e coordenador (es) do que seja EJA, porém, as práticas pedagógicas não condizem com a teoria afirmada.

Os dias letivos regulares restam prejudicados com aulas cansativas, podendo de tal maneira afirmar que se trata de grave problemática local. Os alunos que fazem parte desse programa possui jornada de trabalho exaustiva, o labor envolve dispendimento de grande esforço físico, o que não justifica aulas somente baseadas em quadro e giz, requer dinâmicas diversificadas e direcionadas.

Objetivo Específico N° 4: Verificar se a estrutura organizativa e os recursos didáticos que se empregam no ensino da EJA, se relacionam com a vida laboral dos estudantes. Verificou-se um despreparo por parte dos profissionais que atuam na EJA para administrar a rotina escolar dos alunos, ocasionadas por falta de incentivo e suporte adequado para o desempenho de suas funções.

Vários são os indicativos de ineficiência da EJA, dentre eles podem se destacar falta de participação efetiva do município para sanar as falhas, falta de material didático, metodologias, falta de transporte público adequado.

Nos resultados constatou-se a necessidade de melhoria da EJA da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, pois os educandos já se encontram em situação de vulnerabilidade social, caso a educação desses sujeitos não ocorra de modo adequado tende a ocasionar grave prejuízo bem como deixar de corrigir injustiças sociais.

Ao fazer análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo constatou-se incorrência das respostas auferidas no questionário com a realidade da instituição de ensino observada, posto que, a educação de jovens e adultos não está sendo uma política pública efetiva.

A Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães promove a educação de jovens e adultos, entretanto, não oferece condições de permanência dos alunos na instituição de ensino, não se vislumbra metodologias de ensino capazes de motivar o aluno a continuar na escola, o transporte é ineficiente aliado a falta de qualificação específica dos educadores.

Conforme demonstrado nos gráficos 13, 14, 15 é expressivo a evasão escolar, o trabalho foi apontado como a principal causa, o que se permite afirmar a difícil relação entre o trabalho e a escola.

RECOMENDAÇÕES

A evasão escolar é expressiva, a instituição de ensino não contribui efetivamente para a manutenção do aluno na escola, desvirtuando o que estabelece o artigo 208 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Diante dessa grave problemática, se propõe melhor adequação das metodologias de ensino, direcionando-as a realidade social dos alunos envolvidos e que sejam desenvolvidas de maneira lúdica.

Em face do exposto, verificou-se que a EJA embora seja uma importante conquista na escola investigada há incoerências no desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Para se favorecer a eficácia faz-se as seguintes recomendações, quais sejam:

Que o município de Prado através da Secretaria de Educação propague a importância da escolarização do jovem e adulto com campanhas de conscientização, buscando atingir o objetivo da EJA que é o analfabetismo 0 (zero).

A Secretaria de Educação por intermédio do poder executivo deverá propor política pública de incentivo a permanência do educando na rede de ensino por meio de proposta fiscal benéfica. As empresas que se propuserem a colaborar no processo de escolarização do jovem e adulto dispensando o em pelo menos 1(uma) hora antes do término do expediente.

Outrossim, criar um calendário específico para a EJA, adequando a realidade social dos alunos, em razão da evasão escolar ocorrer com maior incidência no período da colheita do café e alta do turismo. Os alunos em função do trabalho acabam desistindo do curso, motivo pelo qual faz-se necessário adequação do calendário escolar como forma de efetivação do EJA na Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães.

É importante também que os professores que atuem na EJA busque qualificação específica para essa modalidade de ensino.

Compete aos alunos colaborarem para que os esforços conjuntos em prol da eficácia da EJA sejam eficazes.

A adoção das recomendações propostas tende a favorecer a efetividade da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Luís Eduardo Magalhães e

consequentemente minimizar o índice de analfabetismo no município do Prado, na Bahia, no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Accorssi, A., Scarparo, H. & Guareschi, P.(2012) *A naturalização da pobreza: Reflexões sobre a formação do pensamento social. Psicologia e sociedade.* Acesso em 12 de Maio de 2017.
- Aranha, M. L. A.(1996) *História da Educação.* 2ª edição, São Paulo: Moderna.
- Arroyo, M.(2007) *Balanço da EJA: O que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?.* Acesso em 14 de Maio de 2017.
- Beatrici, A. F.(2010) *Sobre os sujeitos jovens na educação de jovens e adultos contribuições para o debate.* Londrina/PR: Anais do VIII Encontro de pesquisa em educação da região sul – Acesso em 10 de Junho de 2017.
- Borges, L. O. (1999) *As concepções do trabalho: Um estudo de análise de estudo de dois periódicos de circulação nacional. RAC.* Acesso em 06 de outubro de 2013.
- Brasil (1990). *Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.* 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- Brasil (1996). *Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional.* Lei nº nº 9394 de 20 de dezembro. Brasília: MEC.
- Brasil. (2017) *Decreto Lei n.º 5.452 de 1º de maio de 1943: Consolidação das Leis do Trabalho.* Acesso em 17 mar. 2017.
- Brasil. *Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação.* Acesso em 17 mar. 2017.
- Brasil. (1997). *Ministério da educação e cultura parâmetros curriculares nacionais.* Brasília.
- Camargo, D.M P. & Albuquerque, J.G. (2003). *Projeto pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular.* Cadernos CEDES [online]. 2, vol.23, n.61, p. 338-366. Acessado em 27/02/2017.
- Ceratti, M.(2017)*Políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Gestão escolar dia a dia: Paraná.* Acesso em 14 de Setembro de 2017.
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A.(2006) *Metodologia Científica.* 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Didonet, V.(2002) *Texto programa Salto para o Futuro, Escola do sonho á realidade, Padrões mínimos de qualidade do ambiente escolar.* Acesso em 20/09/2017.

- Ferreira, G. D. F., Alcântara, L. C.S & Gahyva, R.S.(2009) *Identidade do aluno EJA*. Cuiabá/MT: Profiscientia. Acesso em 10 de Junho de 2017.
- Fogaça, A.; Salm, C. L.(2006) *Educação, trabalho e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Ciência e Cultura, vol.58.
- Freire, P.(1991) *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez.
- Frigotto, G.(2005) *Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio*. Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia. Acesso em 25 de Maio de 2017.
- Gadotti, M. (2001). *Concepção dialética da educação*. ed. 12. São Paulo: Cortez.
- Garcia, S. R.O.(2000) *O fim da história: A gênese da formação profissional no Brasil*. Rio de Janeiro; Anped .
- Gil, A. C.(2002) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, M. H.. B & Abaurre, N. W. (2010). *Ética e Trabalho*. 2ª edição, Rio de Janeiro: SENAC nacional.
- Hernández S. R. (2014) *Metodología de la investigación*. (6ª Ed.). México: Iteramericana Editores.
- Julião, E. F.; Beiral, H. J.; F. & Glaucia M.(2017) *As políticas de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB*. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Tubarão, v.11.
- Loch, J. M. P.(2009) *EJA: Planejamento, metodologias e avaliação*. Porto Alegre: Mediação.
- Machado, M. M.(1998) *A trajetória da EJA na década de 90 – Políticas públicas sendo substituídas por solidariedade*. Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu – MG.
- Malhotra, N. K.(2001) *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Marx, K.(1993) *Os manuscritos econômicos e filosóficos*. Textos filosóficos, Lisboa, Portugal. Vol. 22, edições 70, Porto Alegre.
- Moraes, M. B.(2017) *Políticas Públicas de Educação*. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, coletânea de textos, 1ª Edição.
- Paiva, V.(1994) *Anos 90: As novas tarefas da educação dos adultos na América latina*. São Paulo: Cad.

- Pierro, C. (1992) *Educação de jovens e adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes*. Brasília: Em aberto, v.11.
- Reis, F. M & Tais A. (2014) *Reflexões sobre as políticas educacionais voltadas para todos aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria*. Revista online de política e gestão educacional: São Paulo.
- Rummert, M. S. (2007) *A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. "O novo" que reitera antiga destituição de direitos*. SÍSIFO: Revista de Ciências da Educação.
- Santana, M. A. & Ramalho J. R. (2010) *Sociologia do trabalho*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Saviani, D. (2005) *Pedagogia Histórica crítica: Primeiras aproximações*. Campinas – SP: Autores Associados.
- Segnini, L. R. P. (2000) *Educação e trabalho: Uma relação necessária quanto insuficiente*. São Paulo: Perspec. Vol.14.
- Silva, A.L., & Ferreira, M.K.L. (2001). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global.
- Soares, S; Carvalho, L. & Kipnis, B. (2003) *Os jovens adultos de 18 a 25: Retrato de uma dívida da política educacional*. Rio de Janeiro: IPEA Instituto de pesquisa econômica aplicada.
- Souza, Â. R. (2016) *A política educacional e seus objetivos de estudo*. Relepe, v.1.
- Souza, C. (2006) *Políticas Públicas: Uma revisão da literatura*. Sociologia: Porto Alegre, ano 8.
- Strelhow, T. B. (2010) *Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Revista Histedbr online, Campinas, n.38.

APÊNDICE A

Solicitação de autorização para pesquisa acadêmico-científica

Através do presente instrumento, eu, **Fabiana Almeida Souza dos Santos**, acadêmico, solicitamos _____ do _____ Gestor da _____,

autorização para realização da pesquisa integrante do meu trabalho de conclusão de tese para a obtenção do título de Licenciado Mestre em Ciências da Educação, pela **Universidad Autónoma de Asunción**, sob a orientação da **Dr^a Daniela Catalina Ruiz Dias Morales**.

A coleta de dados será feita através da aplicação de observação participante e de questionário, conforme modelo anexo.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa. E será garantido o anonimato dos informantes.

Prado, _____ de _____ de _____.

Gestor responsável pela instituição campo de pesquisa

APÊNDICE B

Autorização

Eu _____, abaixo assinado, responsável pelo Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães, autorizo a realização do estudo **O trabalho dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Dep. Luís Eduardo Magalhães – Prado\Bahia** a ser conduzido pela pesquisadora abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ de _____ de 2016

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Pesquisador:

Fabiana Almeida Souza dos Santos

APÊNDICE C

FORMUÁRIO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



Universidad Autónoma de Asunción
Dirección de Investigación

Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

INSTRUMENTO DE PESQUISA ESCALA DE LINKERT: EJA

MESTRANDO: **FABIANA ALMEIDA SOUZA DOS SANTOS** TUTOR: **Dr. DANIEL GONZÁLEZ GONZÁLEZ**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prezado Professor (a) Doutor (a) **Dr. Daniel González González**

Este formulário destina-se à 1ª fase da validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo cujo tema é: O trabalho dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Prado/Bahia. Tendo como objetivo geral: Analisar de que forma o trabalho influencia a vida dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Deputado Luiz Eduardo Magalhães em Prado Bahia.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além de clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias.

No quadro de registro das observações, as colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre pergunta, opções de resposta e objetivos. No caso da questão ter suscitado dúvida, assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Por favor, preencher os dados abaixo, após a análise das questões.

DADOS DO AVALIADOR (A) PROFESSOR (A) DOUTOR (A)

NOME COMPLETO:

FORMAÇÃO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

ASSINATURA DO AVALIADOR

APÊNDICE D

Instrumento:	QUESTIONÁRIO
---------------------	---------------------

Quadro para registro das observações do questionário

Caso, hajam questões que gerem dúvidas, descrever, se possível, no verso da folha

	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
Objetivos da Pesquisa							
Identificar o perfil do aluno inserido na Educação de Jovens e Adultos.	1						
	2						
	3						
	4						
	5						
	6						
Sentimento do aluno em relação à família escola e professor.	7						
	8						
	9						

	10						
	11						
Determinar as causas de evasão dos alunos da Educação de Jovens e adultos. Perspectivas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.	12						
	13						
	14						
	15						
	16						
	17						
Perspectivas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.	18						
	19						
	20						

APENDICE E

Questionário aplicados aos alunos

OBJETIVOS DA PESQUISA	A QUEM INVESTIGAR	PERGUNTAS REFERENTES AOS OBJETIVOS
<p>Identificar o perfil do aluno inserido na Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p style="text-align: center;">Aluno</p>	<p>1) Qual o seu gênero? <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>2) Qual dessa faixa etária você se enquadra? <input type="checkbox"/> 18 a 25 <input type="checkbox"/> 26 a 50 <input type="checkbox"/> > 50 <input type="checkbox"/></p> <p>3) Qual o seu estado civil? <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado/divorciado <input type="checkbox"/> Outros</p> <p>4) Qual a sua série? Alfabetização <input type="checkbox"/> 1ª a 2ª série <input type="checkbox"/> 3ª e 4ª série</p> <p>5) Antes de iniciar seus estudos nesta escola há quanto tempo você ficou fora de um ambiente escolar? <input type="checkbox"/> Menos de um ano <input type="checkbox"/> 1 a 2 anos <input type="checkbox"/> 2 a 3 anos <input type="checkbox"/> Mais de 3 anos <input type="checkbox"/> Nunca ficou fora da escola.</p> <p>6) Frequenta a escola todos os dias? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Sentimento do aluno em</p>	<p style="text-align: center;">Aluno</p>	<p>7) Você tem incentivo da família para estudar?</p>

<p>relação à família escola e professor.</p>		<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> falecidos.</p> <p>8) Como você percebe seu professor?</p> <p><input type="checkbox"/> Uma pessoa comum <input type="checkbox"/> Uma pessoa despreparada <input type="checkbox"/> Um facilitador <input type="checkbox"/> Um mestre</p> <p>9) Você está satisfeito com a forma de gerenciamento de sua escola?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>10) Como está sendo sua aprendizagem?</p> <p><input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> boa <input type="checkbox"/> ótima</p> <p>11) Disciplina que identifica</p> <p><input type="checkbox"/> Português</p> <p><input type="checkbox"/> Matemática</p> <p><input type="checkbox"/> História</p> <p><input type="checkbox"/> Geografia</p>
<p>Determinar as causas de evasão dos alunos da Educação de Jovens e adultos.</p>	<p>Aluno</p>	<p>12) Você gosta de estudar?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>13) Você trabalha?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>14) Qual a sua profissão</p> <p><input type="checkbox"/> agricultor</p> <p><input type="checkbox"/> empregada doméstica</p>

	<p>() Pedreiro</p> <p>() Outro _____</p> <p>15) Jornada de trabalho</p> <p>() 1 às 4 horas</p> <p>() 5 às 8 horas</p> <p>() 8 às 12 horas</p> <p>16) Precisa de transporte para frequentar a escola?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>17) Quantidade de filhos?</p> <p>() 0 () 1 ou 2 () 3 ou 4 () 5 ou mais</p>
<p>Perspectivas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.</p>	<p>18) Até onde você deseja ir com seus estudos?</p> <p>() Concluir apenas o médio () Fazer faculdade</p> <p>() Fazer pós-graduação</p> <p>19) O que você pretende fazer quando concluir seus estudos?</p> <p>20) Qual a importância do estudo no mundo do trabalho?</p>

Dr. Daniel González González.
Avaliador

APÊNDICE F

Instrumento:	ENTREVISTA
---------------------	-------------------

A entrevista pretendida é a de grupo focal, que será realizada com 1 coordenador(a) e 4 professores. A princípio, constará de duas perguntas com o objetivo de gerar o debate. Outras perguntas poderão ser realizadas durante as discussões, caso seja necessário para que se alcance o objetivo.

Quadro para registro das observações da entrevista de grupo focal

OBJETIVO DA PESQUISA	Questões	Coerência			Clareza		
		SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
Conhecer as percepções dos coordenadores e demais professores da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Prado/Bahia.	1						
	2						
	3						
	4						
	5						

Entrevista de grupo focal

OBJETIVOS DA PESQUISA	A quem investigar	Questões referentes ao objetivo
Conhecer as percepções dos coordenadores e demais professores da Escola Municipal Deputado Luís Eduardo Magalhães – Prado/Bahia.	Coordenadores	1) Qual as dificuldades encontradas na Educação de Jovens e Adultos que interfere no desenvolvimento do seu trabalho?
	e Professores	2) Quais fatores externos interferem na aprendizagem de alunos da Educação de Jovens e Adultos? 3) A escola possui livro didático da Educação de Jovens e Adultos? Se sim, como chegar até a escola? Quais os critérios que são utilizados para sua escolha?

		<p>4) Além do livro didático, quais outros recursos são utilizados pelo(a) professor (a) na sala de aula?</p> <p>5) Como são trabalhados os conteúdos?</p>
--	--	--

Dr. Daniel González González.

Avaliador

APÊNDICE G

Instrumento:	OBSERVAÇÃO
---------------------	-------------------

Observação participante
Objetivo da pesquisa: Registrar os comportamentos e atitudes dos alunos da Educação de Jovens e Adultos durante o processo ensino aprendizagem.
Aspectos a serem observados
<p>1. Expressão facial dos alunos ao chegarem à sala de aula</p> <p>1.1. Demonstrem-se estarem.</p> <p>() Dispostos () Cansados () Exatos</p> <p>outro _____</p> <p>2. Durante a aula.</p> <p>2.1 Participação?</p> <p>() Todos estavam inteirados com o processo ensino aprendizagem.</p> <p>() A maioria inteirados com o processo ensino aprendizagem.</p> <p>() A minoria estavam inteirados com o processo ensino aprendizagem.</p> <p>Os alunos fazem perguntas relacionados a matéria trabalhada em sala de aula?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>3. Metodologias utilizadas pelo professor para instigar o aluno a aprender?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>4. Outros comportamentos e atitudes observados durante todo processo da coleta de dados</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>_____</p> <p>Dr. Daniel González González.</p> <p>Avaliador</p>

ANEXO A

FOTOS DA ESCOLA MUNICIPAL DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES



